



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

Dayanna Fagundes Silva

**INFLUÊNCIAS RELIGIOSAS SOBRE O COMPORTAMENTO
SOCIAL: POVOS JUDAICO-CRISTÃOS E SUA RELAÇÃO COM A
NATUREZA.**

Belo Horizonte

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

Dayanna Fagundes Silva

**INFLUÊNCIAS RELIGIOSAS SOBRE O COMPORTAMENTO
SOCIAL: POVOS JUDAICO-CRISTÃOS E SUA RELAÇÃO COM A
NATUREZA.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Socioambientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Socioambientais.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Paula de Andrade Verona
Coorientadora: Dra. Viviane Petinelli e Silva

Belo Horizonte

2017

Dedico este trabalho a Deus, em primeiro lugar, e a todos que me apoiaram nesta conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus que me deu força para lutar pelos meus sonhos, me ensinando a melhor maneira de alcançá-los, e me deu sabedoria durante todo o meu percurso de aprendizado, até chegar aqui. Ele esteve comigo em todo tempo.

Gostaria de agradecer também a todos aqueles que, de alguma maneira, contribuíram para que eu concluísse mais esta etapa da minha vida, muito obrigada pelo apoio necessário para que eu sempre me mantivesse firme, com vocês aprendi lições importantes na minha caminhada.

Sou imensamente grata também aos meus amigos que sempre estiveram comigo ao longo do meu curso, me alegrando quando os momentos eram complicados, e me ensinando, com suas experiências, o caminho mais seguro a trilhar. A amizade de vocês me motivou a continuar nesta caminhada.

Não posso deixar de prestar meus agradecimentos também as minhas professoras, como orientadora a Ana Paula de Andrade Verona como Coorientadora a Viviane Petinelli e Silva pela paciência e ensinamentos durante a elaboração deste trabalho, a todos os meus professores pela dedicação em repassar a nós, alunos, o conhecimento por eles adquirido e aos meus colegas de turma, que me proporcionaram muitos momentos de aprendizado e diversão ao longo da nossa caminhada juntos.

Também agradeço a Universidade Federal de Minas Gerais pela oportunidade de crescimento acadêmico e profissional, e por toda sua estrutura por mim utilizada ao longo do curso.

A todos o meu sincero Muito Obrigado!

RESUMO

Entender o que influencia as ações e o comportamento das pessoas em relação ao meio ambiente é relevante, dado que a conservação ambiental é essencial para a manutenção da vida na terra. Este consiste no principal propósito deste trabalho. Inicialmente, descreve-se as origens da relação entre homem e natureza e se define os conceitos ambientais relevantes para a pesquisa. Num segundo momento, mapeia-se como as influências religiosas afetam o comportamento social; como se deu a formação dos grupos Judaico-cristãos e como estes podem ter influenciado historicamente a relação entre homem e natureza. Como último esforço de pesquisa, analisa-se dados que tratam de questões ambientais e religiosas, buscando identificar semelhanças e diferenças do juízo moral de povos com bases religiosas Judaico-cristãs e outras em relação à questão ambiental. Nesse sentido, examina-se o Brasil, a Índia, a Alemanha e o Japão. Por fim, discute-se se a crença Judaico-cristã influencia as relações entre homem e natureza de forma benéfica ou não para o meio ambiente.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadros:

Quadro 1: Países examinados segundo a religião e nível de desenvolvimento econômico – p. 25.

Tabelas:

Tabela 1: Predominância Religiosa por País na Alemanha, Brasil, Índia e Japão (2010-2014) – p. 25.

Tabela 2: Produto Interno Bruto – Ano Base: 2015 – p. 25.

Tabela 3: Proporção (%) de indivíduos que priorizam a proteção ambiental ou o crescimento econômico na Alemanha, Brasil, Índia e Japão (2010-2014) – p.29.

Tabela 4: Proporção (%) de indivíduos que consideram a religião muito importante, importante, pouco importante ou nada importante na Alemanha, Brasil, Índia e Japão (2010-2014) – p.29.

Tabela 5: Proporção (%) de indivíduos por escala de renda na Alemanha, Brasil, Índia e Japão (2010-2014) – p.30.

Tabela 6: Proporção (%) de indivíduos por nível de escolaridade na Alemanha, Brasil, Índia e Japão (2010-2014) – p. 31.

Tabela 7: Proporção (%) de indivíduos por sexo na Alemanha, Brasil, Índia e Japão (2010-2014) – p. 31.

Tabela 8: Proporção (%) de indivíduos por idade na Alemanha, Brasil, Índia e Japão (2010-2014) – p. 32.

Tabela 9: Proteção Ambiental x Importância da Religião o na Alemanha, por % de indivíduos (2013) – p. 33.

Tabela 10: Proteção Ambiental x Importância da Religião no Brasil, por % de indivíduos (2014) – p. 33.

Tabela 11: Proteção Ambiental x Importância da Religião na Índia, por % de indivíduos (2013) – p. 34.

Tabela 12: Proteção Ambiental x Importância da Religião no Japão, por % de indivíduos (2010) – p. 34.

Tabela 13: Proteção Ambiental x Escala de Renda na Alemanha, por % de indivíduos (2013) – p. 34.

Tabela 14: Proteção Ambiental x Escala de Renda no Brasil, por % de indivíduos (2014) – p. 35.

Tabela 15: Proteção Ambiental x Escala de Renda na Índia, por % de indivíduos (2014) – p. 35.

Tabela 16: Proteção Ambiental x Escala de Renda no Japão, por % de indivíduos (2010) – p. 36.

Tabela 17: Proteção Ambiental x Nível de Escolaridade na Alemanha, por % de indivíduos (2013) – p. 36.

Tabela 18: Proteção Ambiental x Nível de Escolaridade no Brasil, por % de indivíduos (2014) – p. 37.

Tabela 19: Proteção Ambiental x Nível de Escolaridade na Índia, por % de indivíduos (2014) – p. 37.

Tabela 20: Proteção Ambiental x Nível de Escolaridade no Japão, por % de indivíduos (2010) – p. 37.

Tabela 21: Proteção Ambiental x Faixa Etária na Alemanha por % de indivíduos (2013) – p. 38.

Tabela 22: Proteção Ambiental x Faixa Etária no Brasil por % de indivíduos (2014) – p. 38.

Tabela 23: Proteção Ambiental x Faixa Etária na Índia por % de indivíduos (2014) – p. 39.

Tabela 24: Proteção Ambiental x Faixa Etária no Japão por % de indivíduos (2010) – p. 39.

Tabela 25: Proteção Ambiental x Sexo na Alemanha por % de indivíduos (2013) – p. 40.

Tabela 26: Proteção Ambiental x Sexo no Brasil por % de indivíduos (2014) – p. 40.

Tabela 27: Proteção Ambiental x Sexo na Índia por % de indivíduos (2014) – p. 40.

Tabela 28: Proteção Ambiental x Sexo no Japão por % de indivíduos (2010) – p. 41.

Tabela 29: Relação Homem-Natureza segundo Importância da Religião, Nível de Escolaridade, Escala de Renda, Faixa etária e Sexo na Alemanha, Brasil, Índia e Japão (2010-2014) – p. 42.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: RELAÇÃO ENTRE HOMEM E NATUREZA: CONCEPÇÕES E INTERPRETAÇÕES.....	3
1.1 A origem da relação entre homem e natureza sob a ótica do criacionismo e do evolucionismo.....	3
1.2 A Relação entre homem e natureza	5
1.2.1 Natureza e Meio Ambiente.....	6
1.2.2 Formas de Relação com a Natureza	7
A) <i>Preservação e Conservação:</i>	8
B) <i>Degradação:</i>	9
1.2.3 Importância da Conservação Ambiental.....	9
1.2.4 Impactos da Degradação Ambiental.....	10
CAPÍTULO 2: INFLUÊNCIAS RELIGIOSAS SOBRE O COMPORTAMENTO SOCIAL: A HISTÓRIA DOS POVOS JUDAICO-CRISTÃOS E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE.....	12
2.1 Influências religiosas sobre o comportamento social:	13
2.2 História do Judaísmo:	14
2.3 História do Cristianismo:.....	15
2.4 Influências Judaico-cristãs na relação entre o homem e a natureza ao longo da história – Breves relatos:	17
CAPÍTULO 3: INFLUÊNCIA DOS ENSINAMENTOS JUDAICO-CRISTÃOS NA RELAÇÃO ENTRE HOMEM E NATUREZA - ALGUMAS CONSTATAÇÕES.....	23
3.1 Critérios de seleção e modelo analítico:	23
3.2 Análise de dados e constatações:.....	28
A) <i>A relação homem-natureza na Alemanha, Brasil, Índia e Japão:</i>	28
B) <i>Religião, renda, escolaridade, sexo e idade na Alemanha, Brasil, Índia e Japão:</i>	29
C) <i>Relação Homem-Natureza x Importância da Religião na Alemanha, Brasil, Índia e Japão:</i> ..	32
D) <i>Relação Homem-Natureza x Escala de Renda na Alemanha, Brasil, Índia e Japão:</i>	34
E) <i>Relação Homem-Natureza x Nível de Escolaridade na Alemanha, Brasil, Índia e Japão:</i>	36
F) <i>Relação Homem-Natureza x Idade na Alemanha, Brasil, Índia e Japão:</i>	38
G) <i>Relação Homem-Natureza x Sexo na Alemanha, Brasil, Índia e Japão:</i>	39
H) <i>Análise estatística da Relação Homem-Natureza x Importância da religião, Nível de Escolaridade, Renda, Faixa Etária e Sexo na Alemanha, Brasil, Índia e Japão:</i>	41
3.3 Constatações:.....	44
CONCLUSÕES	46
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

As relações entre homem e natureza compreendem tanto ações que visam a preservação e/ou conservação do meio ambiente, quanto ações degradadoras. É sabido que estas relações podem se dar por razões diversas e podem ser influenciadas por visões distintas de mundo e de natureza (GEISLER, 2010).

Buscando entender como se constituíram as distintas visões de mundo, Junior e Bogado (2014:54) afirmam que estas não surgem do nada, mas estão condicionadas e condicionam a racionalidade. Elas expressam a visão do todo e são processadas conforme manifestações das tradições, crenças e da relação com a natureza. Neste sentido, e considerando que a relação entre o homem e a natureza é decorrente de como o próprio homem entende o mundo, o fato deste buscar sua conservação ou não, pode estar associado a sua visão sobre o mesmo. Por sua vez, é necessário proteger a natureza para garantir a sobrevivência humana, como bem elucidado por Jacobi (2003) ao descrever que o ensino e a prática de ações conservacionistas e preservacionistas são, portanto, essenciais para manutenção da qualidade de vida na terra.

Deste modo, entende-se que a constituição das diversas visões de mundo decorre da forma como povos diferentes se relacionam entre si e com a natureza por meio de suas tradições e crenças. Esse dinamismo na forma de ver e se relacionar com o mundo facilitou o surgimento de diversas religiões, que se propagam até os dias atuais. Uma vez que a religião faz parte dos componentes que influenciam a formação do indivíduo, torna-se necessário, ademais, entender como as diversas visões de mundo propagadas por meio da religião podem influenciar a percepção de meio ambiente no que tange à conservação ambiental.

Abordar a religião enquanto fator que pode influenciar o juízo moral das pessoas sobre o meio ambiente é um estudo amplo e complexo. Daí a importância de se delimitar a análise com base em informações disponíveis sobre religião e a questão ambiental.

Segundo dados do Centro de Pesquisa Pew de Washington, obtidos por meio de um trabalho em mais de 230 países estima-se que existiam mais de 5,8 bilhões de pessoas no mundo adeptos a alguma religião, o que correspondia a 84% da população mundial em 2010 (PEW RESEARCH CENTER, 2010). Deste total, o Cristianismo era seguido por 2,2 bilhões de adeptos, o que corresponde 32% da população mundial; o Islamismo, por 1,6 bilhões de adeptos, 23% da população mundial; o Hinduísmo, por 1 bilhão de adeptos, 15% da população mundial; o Budismo, por 500 milhões de adeptos, 7% da população mundial; e o Judaísmo, por 14 milhões de adeptos, 0,2% da população mundial. Ademais, 6% da população mundial apresentavam outras religiões e 16% não professavam nenhuma religião.

Assim como no mundo, o cristianismo é a religião com mais adeptos no Brasil, segundo dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

Hellern, Notaker e Gaarder (2000) afirmam que o cristianismo difundido pelo mundo fundamenta-se em bases judaicas e monoteístas (crença em um só Deus). Esse teve seu início no Oriente Médio e cresceu, sobremaneira, tornando-se a base religiosa com maior número de seguidores na atualidade. Sendo assim, tal como Ratzinger (1970), González (1986) e Renca (2012), adota-se, neste trabalho, o termo Judaico-cristão para se referir às religiões (católica, evangélica e judaica) cujos ensinamentos bíblicos apresentam a mesma base.

Considerando que as religiões Judaico-cristãs são as que possuem o maior número de adeptos em todo o mundo, este trabalho tem por objetivo examinar, se e em que sentido os ensinamentos Judaico-cristãos têm influenciado a percepção e o juízo moral das pessoas a respeito da proteção ambiental.

Com relação à técnica, foi utilizada a pesquisa documental, que tem como base a consulta de arquivos públicos disponibilizados por veiculação digital nos sites de universidades, revistas eletrônicas e institutos de pesquisas. Complementando a pesquisa documental, utilizou-se o processamento e análise de dados secundários de uma base internacional de pesquisas. Os dados processados foram selecionados a fim de verificar como se dá a relação entre homem e natureza sobre a perspectiva Judaico-cristã nos dias atuais.

O processamento de dados se deu através do programa Stata, em sua 13^a edição a partir do banco de dados do World Values Survey, disponível em seu site institucional, onde foram selecionados quatro países para pesquisa, dois para análise da influência Judaico-cristã sobre o juízo moral das pessoas em sua relação com o meio ambiente, e dois países controle, que possuem tradição de ensinamentos religiosos e culturais que não são Judaico-cristãos, a fim de verificar existência ou não de influência neste sentido.

No que se refere a sua estrutura, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro trabalha as concepções e interpretações acerca da relação entre homem e natureza. O segundo aborda as influências religiosas sobre o comportamento social e descreve a história dos povos Judaico-cristãos e sua relação com o meio ambiente. O capítulo três, por sua vez, busca descrever a análise de dados realizada a fim de verificar se os ensinamentos propagados pelas religiões Judaico-cristãs, na atualidade, influenciam positiva ou negativamente as relações entre homem e natureza. Mediante todo o trabalho realizado, ao final, traça-se as conclusões alçadas com essa pesquisa.

CAPÍTULO 1: RELAÇÃO ENTRE HOMEM E NATUREZA: CONCEPÇÕES E INTERPRETAÇÕES.

Desde sua origem na terra, o ser humano tem se relacionado com a natureza de forma intrínseca. Descrever como se deu a origem desta relação e como ela se desenvolveu é o pressuposto inicial para entender como foram se constituindo as formas de relação entre homem e natureza.

Diferentes formas de explicar a criação do mundo e dos seres vivos buscam dar sentido a toda a existência. Algumas destas teorias são, segundo Carrapiço (2001), “a evolucionista [...], a criacionista [...], a cosmozótica ou da panspermia, a da biogénese e a da abiogénese ou da geração espontânea”. Algumas teorias possuem respaldo científico, outras se embasam exclusivamente na difusão crenças e ensinamentos tradicionais. Sem adentrar profundamente no estudo de todas as formas de explicação científicas, religiosas e/ou culturais para a origem de todas as coisas, cabe aqui citar duas das mais conhecidas e difundidas formas de conceber a existência da terra e seus habitantes, cujas interpretações possuem respaldo pela ciência.

O criacionismo e o evolucionismo são conhecidos por serem duas maneiras antagônicas de dar sentido à existência. Apesar de distintos, em ambos, a relação entre seres humanos e a natureza se iniciou da mesma maneira: pela busca em satisfazer as necessidades humanas básicas. Além disso, tanto no criacionismo como no evolucionismo, as relações entre homem e natureza se estabeleceram de forma intrínseca, ou seja, de total dependência.

Tendo isso em vista, este capítulo busca descrever algumas das visões que embasam as relações entre homem e natureza, elucidando de onde surgiram as diferentes formas de relação hoje estabelecidas e, a importância de entender estas diferentes formas de relação. Neste sentido, na primeira seção do capítulo descreve duas visões de mundo que abordam como se iniciou a relação entre homem e natureza. Na segunda seção, por sua vez, serão abordadas como esta relação foi se aprimorando ao longo do tempo e se dividindo entre ações benéficas ou não para o meio ambiente, conforme será discutido adiante.

1.1 A origem da relação entre homem e natureza sob a ótica do criacionismo e do evolucionismo

O Criacionismo defende que Deus criou todas as coisas e o homem deve cuidar de toda a criação de Deus e, sobre ela, dominar. Nesta linha de pensamento, os estudiosos do

criacionismo possuem duas vertentes distintas para interpretar os fatos relatados no livro de Gênesis, o primeiro da Bíblia Sagrada.

No âmbito dessa teoria, as duas linhas de pensamento são: A primeira busca a ruptura entre o conhecimento bíblico e o conhecimento científico, onde, independentemente do que a ciência comprovar, a crença está sempre fundamentada na criação de todas as coisas por Deus. A segunda busca comprovar cientificamente as informações relatadas na Bíblia. Schünemann (2008:71), que trabalha com o criacionismo científico, afirma que:

O nome específico para designar uma interpretação moderna da doutrina da criação dentro do fundamentalismo protestante. Em primeiro lugar, caracteriza-se por defender a leitura literal do Gênesis como a única forma correta e verdadeira para se entender as origens.

A primeira relação do homem com a natureza, segundo a teoria criacionista científica, consiste na mordomia: ao homem foi atribuída a função de ser mordomo da criação de Deus e dela desfrutar. Os versículos 15 e 16 do capítulo 2 de Genesis relatam que “o Senhor Deus colocou o homem no jardim do Éden para cuidar dele e cultivá-lo. E Deus ordenou ao homem: Coma livremente de qualquer árvore do jardim”.

Após a criação do mundo descrita em Genesis 1, Deus criou o homem e ordenou que ele se alimentasse. Neste momento, foi estabelecida a primeira relação entre o homem e a natureza. O ato de cuidar da terra e de cultivá-la constituía uma decorrência dessa relação, uma vez que o homem dependia da mesma para assegurar sua sobrevivência.

Sem adentrar mais profundamente na discussão sobre como se deu a origem do universo e do homem pela teoria criacionista, cabe ressaltar aqui apenas o fato de que a primeira forma de relação entre o homem e a natureza resultou de sua necessidade alimentar.

Por sua vez, o evolucionismo tem por pressuposto que tudo se deu ao acaso e foi se diferenciando por evolução. Nesta teoria, o homem evoluiu a partir de outras espécies de primatas pela capacidade que adquiriu de dominar elementos básicos da natureza. Neste sentido, o trabalho de Neves (2006) descreve o processo evolutivo do homem.

A teoria evolucionista ganhou destaque com a publicação do trabalho de Darwin, *Origem das Espécies* de 1859 no qual:

tinha por objetivo explicar a evolução da vida, que pode ser definida como um processo no qual os seres vivos seriam selecionados pela natureza conforme sua maior adaptabilidade ao ambiente... Darwin também atribuiu como causa do processo evolutivo, além da seleção natural, a seleção sexual, a qual diferentemente da primeira, não visa a adaptação dos seres vivos ao ambiente (AMORIM ET. AL., 2008:331).

O trabalho de Darwin é a porta de entrada para os estudos da evolução do homem a partir de outras espécies. Esta evolução resultaria de um conjunto de fatores, dentre eles, a mudança nos hábitos alimentares, que seria essencial para que a evolução humana ocorresse, conforme afirma Leonard (2010) em que a mudança alimentar constituiu a força básica para a sofisticação física e social da evolução humana.

A teoria evolucionista é composta de vários elementos, que juntos descrevem como o homem evoluiu e se tornou a espécie tal qual conhecemos atualmente. Entretanto, o que cabe destacar aqui, sem aprofundamento na teoria, é que a necessidade e as mudanças alimentares foram fatores essenciais no processo de evolução humana.

1.2 A Relação entre homem e natureza

Tomando como base as duas teorias acima descritas, o que se constata é que ambas demonstram que a primeira forma de relação entre homem e natureza foi para a satisfação de necessidades básicas. A primeira delas seria a alimentação para a própria sobrevivência. Segundo Mariano et. al. (2011:159) “o homem tinha uma relação de dependência total dos recursos naturais, pois a natureza era vista como fonte de alimento”.

Com o passar do tempo e com a dominação do ser humano sobre a natureza, além das necessidades básicas para a sobrevivência do homem na terra, a natureza passou a ser utilizada para satisfazer também suas necessidades socialmente construídas.

Albuquerque (2007) descreve tais necessidades socialmente construídas em seu trabalho quando afirma que:

A espécie humana age na natureza muito mais intensamente do que os outros animais, devido à sua maior capacidade de raciocínio, maior densidade populacional concentrada e, principalmente, pelo fato de o homem atuar na natureza não somente para retirar o necessário para sua sobrevivência, mas também para satisfazer necessidades socialmente construídas. Essas necessidades, muitas vezes pouco “necessárias”, aumentam quanto maior for a complexidade cultural e socioeconômicas das sociedades e a divisão social dentro delas. (ALBUQUERQUE, 2007:23)

Com o aumento populacional e a intensificação de uso da natureza para satisfazer tanto as necessidades básicas como as necessidades socialmente construídas do homem, foram-se construindo maneiras diferenciadas de se ver a própria natureza e, conseqüentemente, as formas de relação entre homem e natureza também foram tomando forma e se modificando.

1.2.1 Natureza e Meio Ambiente

As formas de se relacionar com a natureza serão definidas mais adiante. Não obstante, cabe de antemão ressaltar o próprio conceito de natureza e o porquê da sua flexibilidade ao longo do tempo. Como afirma Mariano et. al. (2008:160),

Os conceitos de natureza/natural e de homem/sociedade tiveram várias mudanças no transcorrer da história da humanidade. Esses conceitos foram criados pela evolução do homem, enquanto sociedade, transformando o espaço vivido, o natural e a natureza através do trabalho.

O conceito de natureza vem se modificando ao longo do tempo por ser socialmente construído. Este é constantemente alterado conforme sociedades diferentes passam a conceber o que é natureza. Gonçalves (2006:23) afirma neste sentido que:

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura.

A modificação do conceito de natureza está muito bem relatada no trabalho de Santos e Imbernon (2014), que descreve desde as primeiras concepções de natureza, que foram de cunho religioso, onde uma delas é que a natureza é criada por Deus. Segundo esta concepção, tudo vem de Deus, até a visão contemporânea, que entende por natureza não só elementos da flora e da fauna, mas inclui o homem enquanto participante nessa relação. Estes autores ainda citam o trabalho de Carvalho (2004 apud Santos e Imbernon, 2014:153) para elucidar a versão mais contemporânea de natureza, onde:

A concepção naturalista do meio ambiente visto como a “natureza intocada”, que compreende a flora e a fauna convivendo em equilíbrio e harmonia, foi abandonada em detrimento de uma visão socioambiental. Na concepção socioambiental, o meio ambiente é concebido pelas relações homem-natureza, em constante interação, e, dessa forma, o ser humano passa a ser integrante do meio e torna-se um agente participativo e transformador de seu meio.

Cabe ressaltar aqui que a visão contemporânea e socioambiental de natureza engloba o homem enquanto ser participante e influente em tudo que acontece no meio ao qual ele está inserido. A visão religiosa faz do homem parte da criação de Deus enquanto elemento

pertencente e responsável por cuidar dela. Ambas protagonizam o homem enquanto agente atuante.

Para Dulley (2004:17), “O debate sobre o conceito de natureza é bastante extenso, e inclui também aspectos filosóficos, religiosos e éticos”. Este autor ainda elucida em seu trabalho o que é natureza, ambiente e meio ambiente. Onde ele afirma que: “a partir da natureza, e do seu estudo sistemático que o homem foi construindo seu meio ambiente, através do acúmulo de conhecimento sobre ela”.

Como o conceito de natureza é muito flexível mesmo nos dias recentes, este varia conforme a linha de pensamento adotada. Uma maneira de facilitar a compreensão de natureza para fins deste trabalho é atribuir para o termo natureza o mesmo significado dado a meio ambiente, pois, segundo acima mencionado por Dulley (2004), o conceito de meio ambiente surgiu a partir da relação entre homem e natureza. Para fins de compreender esta relação, o termo meio ambiente atende ao propósito, pois engloba a vida em todos os seus aspectos.

Nestes termos, o conceito de meio ambiente aqui adotado é o descrito na própria Política Nacional de Meio Ambiente que o define como: “O conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981). Sem entrar no mérito da melhor definição deste conceito, e se ele é o mais adequado ou não, este será adotado por ser o conceito oficial constante na legislação brasileira.

1.2.2 Formas de Relação com a Natureza

Com o avanço nos estudos da temática ambiental, além das constantes modificações no conceito de natureza, também foram criados conceitos de algumas formas de se relacionar com a natureza. Quando as relações eram consideradas positivas ou boas (que são benéficas tanto ao homem como as demais formas de vida natural), as formas de relação eram dadas enquanto preservacionistas ou conservacionistas.

Quando as formas de relação eram vistas como negativas ou ruins (que são benéficas ao homem e negativas as demais formas de vida natural, ou são negativas tanto ao homem como as demais formas de vida), o conceito atribuído era o de degradação ambiental.

Conservação, preservação e degradação serão os conceitos aqui trabalhados enquanto formas de relação entre o homem e a natureza. Cabe ressaltar ainda que o enfoque deste trabalho será na conservação e na degradação.

A) Preservação e Conservação:

“Os conceitos de conservação e preservação, de maneira geral, são aplicados como similares, mas possuem algumas diferenças de significado entre si” (SÃO PAULO, 2011: 93). É importante entender estes conceitos, pois eles possuem distinções que serão fundamentais para estabelecer a forma de relação entre homem e natureza aqui estudada.

Segundo informações fornecidas pelo Ministério da Educação no Parâmetro Curricular Nacional - Temas Transversais - Meio Ambiente, elaborado em 1997, preservação e conservação são ações distintas no que tangem as questões ambientais:

Preservação é a ação de proteger, contra a destruição e qualquer forma de dano ou degradação, um ecossistema, uma área geográfica ou espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção, adotando-se as medidas preventivas legalmente necessárias e as medidas de vigilância adequadas (BRASIL, 1997:237).

Por preservação, entende-se as formas de proteção do meio ambiente de toda e qualquer ação considerada danosa ao mesmo, incluindo a presença humana. Já a conservação é compreendida como:

A utilização racional de um recurso qualquer, para se obter um rendimento considerado bom, garantindo-se, entretanto, sua renovação ou sua auto sustentação. Analogamente, conservação ambiental quer dizer o uso apropriado do meio ambiente dentro dos limites capazes de manter sua qualidade e seu equilíbrio em níveis aceitáveis (BRASIL, 1997:238).

Diferentemente da preservação, a conservação admite a relação do homem com a natureza. Considerando que o homem desde sua origem é parte integrante e atuante da relação homem e natureza, afastá-lo desta relação para manter uma natureza preservada seria implicar em nenhuma forma de interferência humana no meio natural, o que seria impossível. Por sua vez, o conceito adotado neste trabalho será o de proteção ambiental, que compreende tanto a preservação, quanto a conservação, ainda que o conceito de conservação seja mais apropriado que o de preservação no que tange a relação entre homem e natureza.

B) Degradação:

A degradação da qualidade ambiental, por sua vez, pode ser compreendida como “alteração adversa das características do meio ambiente”, conceito este apresentado na Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 que institui a Política Nacional de Meio Ambiente.

No geral, entende-se que a degradação ambiental compreende toda e qualquer atividade adversa ao meio ambiente, isto é, toda e qualquer ação humana ou não que prejudique as características elementares do meio ambiente.

Exposto o que conservação e degradação ambiental significam, compreender sua importância é também parte integrante deste trabalho, pois as relações conservacionistas ou degradadoras do meio ambiente serão adotadas enquanto as formas de relações entre homem e natureza aqui estudadas.

1.2.3 Importância da Conservação Ambiental

Entender a importância da conservação ambiental se torna pressuposto para investir em ações que busquem a mesma. Em linhas gerais, a conservação ambiental tem por propósito o equilíbrio das investidas do homem sobre a natureza com o objetivo da manutenção e existência de toda a diversidade natural existente. Neste sentido, Pinheiro e Kury (2008:15) afirmam que:

[...] a sobrevivência de todas as espécies, inclusive da espécie humana, está associada ao bom funcionamento do meio ambiente e das suas relações. O estilo de vida e o padrão de consumo da população humana atual se baseiam na extração dos recursos naturais, na sua transformação em produtos e no descarte dos resíduos após o consumo desses produtos.

Aprofundando um pouco mais no que tange os usos da natureza pelo homem e os benefícios de um meio ambiente equilibrado, Primack e Rodrigues (2001:1) descrevem que a diversidade biológica (natural) é benéfica principalmente para o ser humano, uma vez que:

O que é ruim para a diversidade biológica será, quase que com certeza, ruim para a espécie humana uma vez que os seres humanos obtêm no ambiente natural ar, água, matérias primas, alimento, medicamento e outras mercadorias e serviços de que tanto dependem.

Conservar o meio ambiente é essencial para a manutenção das diversas formas de vida. Além disso, a conservação garante as condições necessárias para a manutenção da vida do homem, tanto ao sanar suas necessidades básicas como ao satisfazer suas necessidades socialmente construídas. Conservar não se trata apenas de garantir as condições de manutenção de vida da flora e da fauna, mas garantir que o homem continue usufruindo destes recursos.

Para continuidade das condições necessárias de manutenção da vida, é essencial e necessário que a interação e uso dos recursos naturais careçam de atenção e cuidado para que a utilização destes recursos, por parte do homem, não ultrapasse a capacidade de suporte da natureza, ocasionando a degradação ambiental e, conseqüentemente, prejuízos a todas as formas de vida, incluindo o homem.

1.2.4 Impactos da Degradação Ambiental

Toda ação sobre a natureza, que provoque algum tipo de dano, pode tanto ser ocasionada por fatores naturais como por fatores antrópicos, que se dão quando homem se utilizar da natureza na busca por satisfazer suas necessidades. Neto (2008:307) entende que degradação é causada pela:

[...] ação de fatores que atuam sobre os recursos naturais, determinando processos como a erosão [...] redução da diversidade genética da flora e da fauna nativas, assim como a eutrofização, no caso de ecossistemas aquáticos.

Estes são alguns dos processos de degradação que podem implicar danos à natureza.

Assim como a conservação ambiental é necessária para a manutenção da própria sobrevivência do homem na terra, a degradação ambiental também gera conseqüências diretas a vida humana. Borsoi e Torres (1997:2) abordam isso ao afirmarem que:

[...] a degradação ambiental afeta, direta ou indiretamente, a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a fauna e a flora; as condições estéticas e sanitárias do meio; e a qualidade dos recursos ambientais.

A degradação ambiental afeta, então, tanto a natureza, quanto o homem diretamente, uma vez que o ser humano depende dos recursos naturais para a sua sobrevivência. Assim, degradar não é prejudicial apenas para o meio ambiente em si, mas para o próprio homem.

De fato, o ser humano precisa se utilizar da natureza e dela retirar os recursos que precisa para sua sobrevivência. Entretanto, a ação de degradar deve ser vista com muita

cautela, para que excessos cometidos pelo homem ao se utilizar da natureza não sejam fatores que comprometam diretamente a própria existência humana na terra.

Compreendido como se iniciou a relação entre homem e natureza, quão positivas ou negativas podem ser estas formas de relação e como estas afetam diretamente a vida humana, o próximo capítulo deste trabalho abordará mais diretamente como ensinamentos religiosos podem afetar o comportamento social e, por decorrência, impactar as formas de relação entre homem e natureza.

CAPÍTULO 2: INFLUÊNCIAS RELIGIOSAS SOBRE O COMPORTAMENTO SOCIAL: A HISTÓRIA DOS POVOS JUDAICO-CRISTÃOS E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE.

O juízo moral de uma pessoa, segundo Verstena (2011:116), corresponde à “construção de regras sociais”, que, por sua vez, influenciam diretamente o modo como as pessoas se comportam em sociedade. O ato de preservar ou não o meio ambiente faz parte, portanto, deste processo de construção social e é influenciado por diversos fatores, dentre eles, renda, escolaridade e religião, objeto de estudo deste trabalho.

Motta (2002) e Barros, Muller e Nogueira (2007) mostram que, assim como o Produto Interno Bruto – PIB – de um país pode impactar as escolhas ambientais institucionais do mesmo, a renda per capita também pode ser fator influente nas decisões individuais. A diferença de renda entre pessoas pode impactar a intensidade com que se ocorre a degradação ambiental. Neste sentido, Motta (2002) destaca que dentro de um mesmo país, a intensidade de degradação tende a ser mais dependente da distribuição de renda e da propensão marginal ao consumo do que de fatores tecnológicos.

Além da renda per capita, a relação entre indivíduo e natureza também pode ser afetada pela escolaridade do indivíduo. A preocupação com a questão ambiental é mais evidente entre os mais instruídos, o que não significa que o menor acesso a níveis mais altos de escolaridade decorre de maior convivência com o desrespeito ao meio ambiente. (OPINIAO PÚBLICA, 2012).

A importância da educação formal para a preservação ambiental aponta para o aumento das práticas preservacionistas à medida que aumentamos níveis de escolaridade (WAQUIL, FINCO E MATTOS, 2004:333). Disso segue que quanto mais elevado o grau de escolaridade, maior tende a ser a consciência de um indivíduo em relação à proteção ambiental.

Somado à renda e à escolaridade, destaca-se a religião como fator de influência na relação entre indivíduo e natureza. Neste sentido, este capítulo tem por objetivo mapear o debate acerca das influências religiosas sobre o comportamento social ao longo da história, tendo como referência os ensinamentos Judaico-cristãos. Assim, a primeira sessão deste capítulo abordará como a religião afeta o comportamento social. A segunda e terceira sessões, por sua vez, descreverão a origem dos povos judeus e cristãos e suas crenças enquanto filosofia de vida. Por fim, a última sessão deste capítulo buscará elucidar como os

ensinamentos Judaico-cristãos influenciaram a relação entre homem e natureza ao longo da história.

2.1 Influências religiosas sobre o comportamento social:

Muito se tem estudado acerca das influências religiosas sobre o comportamento social. Diversos estudiosos, em épocas diferentes, já trouxeram este tema ao debate. Alguns argumentam que mudanças sociais acarretam mudanças religiosas, enquanto outros acreditam e defendem o contrário: as crenças religiosas afetam as demais áreas sociais. O trabalho de Alonso e Costa (2002) demonstra exatamente isto, referenciando-se a autores que argumentam sobre o tema:

Enquanto Inglehart, na chave da teoria da modernização, aponta a mudança social como causa da mudança de valores, Viola argumenta em contrário: a dimensão das crenças precede e influencia comportamentos e instituições (ALONSO e COSTA, 2002:8).

Seguindo a linha de pensamento de que a crença é fator influente, outros autores importantes na literatura mundial também afirmam que a religião afeta o comportamento social. Um destes pensadores é Émile Durkheim, o qual, em seu livro *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, aponta como as influências religiosas afetam o comportamento social. Como afirma o autor:

A verdadeira função da religião não é nos fazer pensar, enriquecer nosso conhecimento, acrescentar as representações que devemos a ciência representações de uma outra origem de um outro caráter, mas sim nos fazer agir, nos ajudar a viver. (DURKHEIM, 1996:459).

Outros estudiosos como Coutinho (2012) e Souza (2015) também desenvolveram seus trabalhos buscando verificar como a religião é fator influente no comportamento social. Neste sentido, Souza (2015) afirma que:

Desde os primórdios da civilização a religião já exercia grande influência nas sociedades das quais já fazia parte, seja por meio da crença em um único Deus ou em vários deuses, santos, e até em elementos naturais, por meio de tradições repassadas de uma geração a outra, oral ou culturalmente (SOUZA, 2015:28).

Coutinho (2012) acrescenta que a religião influencia e afeta o comportamento social por meio da propagação de suas crenças de geração em geração ou por meio de influência enquanto componente cultural.

A religião enquanto elemento cultural é, defendida por Durkheim (1996:463), enquanto este afirma que “as forças religiosas são forças humanas, forças morais e todas as religiões [...] tem por principal função agir sobre a vida moral”. Como também afirma Coutinho (2012),

As religiões compreendem coletividades no seio das quais se desenvolvem práticas, se elaboram, defendem e discutem crenças. Faz parte da essência da religião a sua componente organizativa (COUTINHO, 2012:181).

Coutinho (2012:181) acrescenta ainda que “as instituições sociais, presentes nas várias coletividades religiosas, definem papéis que condicionam o comportamento individual”. Um exemplo dessa influência encontra-se na Constituição Federal do Brasil de 1988. Como mostram Aguiar, Lima e Santos (2011:17),

Em razão da influência religiosa e de grupos conservadores, o legislador constituinte brasileiro, ao versar sobre instituição da família no ordenamento jurídico, adotou expressamente o casamento civil, a união estável entre homem e mulher e a família monoparental.

Não restam dúvidas de que não apenas o comportamento coletivo é afetado pela religião, como também o comportamento individual é condicionado pelos ensinamentos religiosos.

Sendo assim, torna-se necessário conhecer as origens das crenças Judaico-cristãs para poder entender sua influência no que tange à percepção de natureza e, conseqüentemente, à forma pela qual os indivíduos que se auto intitulam cristãos atuam em relação à mesma.

2.2 História do Judaísmo:

A história do judaísmo se desenvolve junto à história do povo Hebreu, descrita nos livros iniciais da Bíblia. Autores como Gonzáles (1995), Hellern, Notaker e Gaarder (2000) e Josefo (2004) dedicam parte de suas pesquisas à descrição da história do povo Hebreu e ao surgimento do judaísmo. Para facilitar a compreensão da história do judaísmo, adotou-se aqui a sistematização proposta por Hellern, Notaker e Gaarder (2000) em sua obra “Livro das Religiões”.

Três das grandes religiões mundiais tiveram início no Oriente Médio: o judaísmo, o cristianismo e o islã. Estas três religiões são monoteístas e exerceram influência na região do Mediterrâneo, mas o cristianismo e o islã se difundiram muito mais que o judaísmo (HELLERN, NOTAKER E GAARDER, 2000:104).

A palavra “judeu” tem sua origem na palavra *Judéia*, que consiste no nome de uma parte do antigo reino de Israel. O judaísmo reflete essa ligação. A religião é chamada ainda de "mosaica", já que considera Moisés um de seus fundadores (HELLERN, NOTAKER E GAARDER, 2000:105).

Uma das características do judaísmo é ser uma religião profundamente ligada à história. Os judeus não possuíam um território próprio, nem uma nação formalizada até o final do século XIX. A República de Israel foi mundialmente reconhecida apenas em 1948 e, desde então, este novo Estado tem vivido em constante conflito com o mundo árabe. Dentre as razões para tais disputas, está o fato de milhares de palestinos terem sido deslocados de suas terras na época da fundação de Israel (HELLERN, NOTAKER E GAARDER, 2000:112).

O livro sagrado dos judeus é a Bíblia, uma coleção de textos de natureza histórica, literária e religiosa. A Bíblia judaica equivale ao Antigo Testamento, porém é organizada de maneira um pouco diferente e é chamada de Torá.

Os judeus não fazem uma distinção nítida entre a parte ética e a parte religiosa de sua doutrina, uma vez que acreditam que tudo pertence à Lei de Deus. Para eles, existem 248 ordens afirmativas e 365 proibições, perfazendo 613 mandamentos. Além desses mandamentos, a vida do judeu é regulada por diversos costumes e práticas que foram surgindo ao longo da história (HELLERN, NOTAKER E GAARDER, 2000:120).

Durante milhares de anos, os judeus esperaram por um Messias que viria para criar um reino de paz na terra. Até hoje, essa expectativa continua viva em muitos judeus. Enquanto, para os judeus, o Messias ainda está por vir, para os Cristãos, ele veio na Pessoa de Jesus Cristo. Este é o ponto de ruptura entre o Judaísmo e o Cristianismo no modo como conhecemos hoje.

2.3 História do Cristianismo:

Assim como a história do judaísmo, diversos historiadores têm buscado descrever a origem do cristianismo. Neste sentido, vários artigos e livros também foram publicados. Autores como Gonzáles (1995), Hellern, Notaker e Gaarder (2000) e Blainey (2012) se

dedicaram a publicação de livros, contando esta história. Assim como a seção anterior, essa seção está baseada na sistematização proposta por Hellern, Notaker e Gaarder (2000) em sua obra “Livro das Religiões”.

O cristianismo surge dentro do judaísmo com o nascimento de Jesus. Ele era um judeu que se tornou um profeta itinerante, baseando suas ideias nas escrituras judaicas. Mas logo ficou claro que ele estava formulando uma doutrina independente. Por sua trajetória e história de vida, Ele foi reconhecido por alguns como o Messias que o povo Judeu estava esperando. Entretanto, outros judeus não o aceitaram enquanto tal (HELLERN, NOTAKER E GAARDER, 2000:166).

A tradução grega da palavra Messias é Christos ou Cristo na língua Portuguesa. Assim, originalmente o nome Jesus Cristo é um reconhecimento de que Jesus é o prometido Messias do povo Judeu. Não obstante ter admitido ser o próprio Messias nos evangelhos da Bíblia, em várias ocasiões, Jesus não usava esse título para falar de si mesmo.

Jesus era chamado rabi, que significa "mestre" ou "professor", e muitas pessoas do mundo inteiro, cristãs e não cristãs, se impressionaram com ele enquanto pregador (HELLERN, NOTAKER E GAARDER, 2000:170). Sua influência foi tanto significativa que os primeiros cristãos não continuaram as pregações de Jesus, mas começaram a proclamar o próprio Jesus (ibid, 2000:176).

Uma nova época surgia com a vitória de Jesus sobre as forças destrutivas da existência. A esperança cristã não apresentava apenas um aspecto pessoal, como também apresentava um aspecto social ou coletivo. Em outras palavras, o objetivo do cristianismo era propagar uma nova fraternidade humana, uma nova ordem social ou um novo mundo (HELLERN, NOTAKER E GAARDER, 2000:182).

Pouco depois da morte de Jesus, as pessoas se reuniram para ouvir a história de sua vida e de seus milagres. As primeiras congregações cristãs foram então formadas, e podemos ver, pelo Novo Testamento, que existia um grau extraordinário de amor e boa vontade entre os membros desses pequenos grupos.

As primeiras congregações cristãs foram formadas por judeus. Eles obedeciam à Lei de Moisés, participavam dos serviços no Templo e na sinagoga e, de modo geral, viviam como judeus piedosos. Sua crença de que Jesus de Nazaré era o prometido Messias os diferenciava dos demais judeus. Eles eram considerados como uma seita judaica separada e eram chamados de nazarenos para se distinguir dos saduceus e fariseus (HELLERN, NOTAKER E GAARDER, 2000:193).

Inicialmente, não havia uma grande diferença entre o cristianismo e o judaísmo. Com a conversão do fariseu Saulo (Paulo) e seus muitos anos de ministério, porém, o cristianismo se transformou em uma religião mundial. Nas epístolas de Paulo, o cristianismo é tratado como uma religião independente e Jesus Cristo, como o salvador de todos os humanos (HELLERN, NOTAKER E GAARDER, 2000:193).

A pregação e doutrina defendida por Paulo foi o ponto de ruptura entre o cristianismo e o judaísmo. Os que acreditaram que Jesus Cristo era o Messias se tornaram cristãos, enquanto os que não acreditaram se mantiveram enquanto Judeus.

O cristianismo disseminou-se mundialmente de modo que, na atualidade, encontra-se dividido em muitas comunidades eclesiais, com diferentes organizações, doutrinas, ordens e atitudes sociais. Pode-se dizer que a Igreja permaneceu única até 1.054, quando se dividiu em duas, católica romana e ortodoxa (HELLERN, NOTAKER E GAARDER, 2000:194).

No século XVI, houve a Reforma Protestante e diversas comunidades da Igreja se levantaram em protesto contra certos aspectos da doutrina e da prática da Igreja Católica. Depois disso, surgiram novas igrejas, trazendo diferentes aspectos do evangelho cristão. Estas incluíam os calvinistas, os presbiterianos, os metodistas, os batistas, entre outras (HELLERN, NOTAKER E GAARDER, 2000:194).

Apesar de todos os contrastes, a maioria das comunidades cristãs tem um fundamento comum: a Bíblia e, por causa do lugar importante que as missões evangelísticas tiveram no cristianismo, este se tornou a mais difundida de todas as religiões do mundo (HELLERN, NOTAKER E GAARDER, 2000:195).

Entendidas as origens dos povos e das crenças Judaico-cristãs, a próxima sessão busca descrever como seus ensinamentos afetaram a relação entre homem e natureza ao longo da história.

2.4 Influências Judaico-cristãs na relação entre o homem e a natureza ao longo da história – Breves relatos:

Entendida a origem dos ensinamentos Judaico-cristãos, esta sessão tem por objetivo elucidar como, ao longo da história, estes ensinamentos influenciaram a relação entre homem e natureza. Como visto no capítulo anterior, a relação entre homem e natureza se deu a fim de satisfazer necessidades básicas e foi se aprimorando ao longo do tempo. Neste sentido, ensinamentos religiosos desempenharam papel decisivo neste processo.

Duas linhas de pensamento se fazem presentes neste sentido. A primeira delas atribui aos ensinamentos Judaico-cristãos influência negativa no que se refere à conservação da natureza. Já a segunda linha firma que estes ensinamentos são positivos no que tange à sua proteção. Ambas as teorias serão descritas abaixo e o que se pode perceber a partir dos relatos é que ambas podem ser verificadas em diferentes momentos históricos.

Seguindo a primeira linha de pensamento, White (1967) argumenta que a crise ambiental se deu porque as principais vertentes de pensamento Judaico-cristão haviam encorajado a superexploração da natureza, mantendo a superioridade do homem sobre todas as outras formas de vida na terra. White (1967) se baseou na passagem de Genesis 1:28 que diz: “E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra”. Haveria, segundo o autor, uma ordem expressa de Deus para dominar o ambiente, sem, contudo, haver limites e cuidados especiais a ser tomados durante o processo de exploração da natureza.

A interpretação de White (1967) se aproxima, por exemplo, da visão disseminada pelo Império Romano ao longo de seu período de expansão. Como mostra Vestena (2011:23):

Durante o ano de 140 d.C., o Império Romano se expandiu praticamente por toda a Europa, parte da Ásia e norte da África. A expansão Romana de conquista e de grandeza refletiu-se em atitudes tomadas em relação à natureza. Como as árvores não davam a mesma glória, o mesmo prestígio os romanos não as utilizaram. Assim para evitar inundações, pântanos e deslizamentos, preferiram escavar canais e dragá-los continuamente. Seu esforço, no entanto, era inútil, uma vez que estavam provocando o desflorestamento contínuo. Eles tinham assim uma concepção parcial dos processos ecológicos da cidade.

O conceito de dominar sobre a terra neste período era visto como a total devastação. Acidentes naturais e mortes eram interpretados enquanto vontade de Deus sobre seu povo e nada tinham haver com suas atitudes e falta de cuidado em relação, por exemplo, à limpeza da cidade, enterro de mortos, entre outros.

Do lado oposto a essa interpretação negativa sobre a influência Judaico-cristã na relação entre homem e natureza, encontrava-se outra linha de pensamento que sugeria contribuições positivas da doutrina Judaico-cristã nessa relação. Essa corrente ganhou força com o fim do Império romano e início da Idade Média (séculos VI a XV), quando novos pensadores cristãos surgiram e passaram a influenciar a visão cristã de natureza. Estas influências adotaram as características de uma visão naturalista de mundo. Neste sentido, a valorização da natureza foi novamente retomada. Verstena (2011:23) descreve este momento ao afirmar que:

Toda a estrutura científica dessa visão orgânica de mundo estava embasada no naturalismo de Aristóteles e na Fundamentação teórica de Platão e Santo Agostinho, que consideravam mais importantes as questões referentes a Deus, a alma humana e a ética.

Santo Agostinho, em escrito de 391d.C. descreveu o encontro do homem com Deus, valorizando Sua criação (Moraes e Gonçalves, 2013). Santo Agostinho afirmou que “Tudo o que Deus criou é bom, Ele fez as coisas do nada e toda a Sua criação é boa e bela”. A natureza havia sido criada por Deus, assim como o homem era fruto de Sua criação.

Do século XVI ao XVIII (idade moderna), a visão cristã naturalista de mundo perdeu força, contudo, o antropocentrismo destacou-se novamente. Mas, desta vez, diferentemente do período do Império Romano, esta visão de que o homem era o centro da criação foi retomada por pensadores cristãos como Copérnico, Galileu e Newton, acompanhada da ideia de que o tecnicismo seria suficiente para controlar toda a natureza, e que os problemas ambientais nada tinham a ver com Deus, mas que poderiam ser contornados com o uso do conhecimento.

A mudança de imagem da natureza, de organismo para máquina, teve um poderoso efeito sobre a atitude das pessoas em relação ao meio ambiente. Sai de cena o conceito de natureza nutridora e entra o de natureza supridora de todos os desejos do homem (VESTENA, 2011:24).

Devido às descobertas científicas deste período, o homem passa a ver a natureza somente enquanto objeto para satisfação restrita das necessidades humanas, portanto, passível de controle e dominação.

Copérnico e Galileu, por buscarem explicações científicas para os fatos observados na natureza, foram condenados como hereges pela igreja católica. Um fato interessante que se deve ressaltar é que Copérnico e Galileu eram católicos e não buscavam a separação entre ciência e religião. Não obstante, seus trabalhos foram considerados como heresia. Como Borges (2010:90) relata:

Somente no final de 1998, o Papa João Paulo II publicou a *encíclica Fides et Ratio*, revertendo a posição da Igreja Católica sobre Galileu, Copérnico e Darwin, com vistas a uma aproximação entre a religião e a ciência.

Perseguição semelhante foi vivenciada por Newton. Ao contrário do que foi propagado na época, as pesquisas científicas de Newton não buscavam separar a Igreja, mas comprovar informações bíblicas pela ciência. Como afirma Oliveira (2012:14),

Embora comumente se julgue as atividades de Newton nestes diferentes campos – a matemática, a óptica, a mecânica racional, a física experimental e a astronomia – como o escólio principal de suas pesquisas, observamos que todas estas conquistas, na ciência e na matemática, apenas representam parte de sua atividade criativa. Foram também objetivos de suas atividades intelectuais a interpretação da bíblia, a cronologia, a teologia, profecias bíblicas, filosofia natural, metafísica e ainda a alquimia. Apesar de ter sido um marco para a ciência e a matemática, não obstante, Newton ocupava-se, na maior parte do seu tempo, com as questões ocultas da teologia, magia e alquimia.

Tal como Copérnico e Galileu, Newton viveu em um tempo de separação entre ciência e religião, em que a ciência era vista como progresso social e a religião não deveria interferir na busca do conhecimento (PESSOA, 2014).

Diferente do Império Romano, em que não existia nenhuma preocupação em conhecer a natureza, na idade moderna, buscava-se entender a natureza em sua forma técnica para assim dominá-la.

No período contemporâneo, por sua vez, observa-se novamente tendência na retomada na da ideia de que a conservação da natureza é essencial para a manutenção da vida na terra. Boff (2005) consiste em um dos autores católicos que se dedicou a escrever sobre a proteção da natureza e em defesa de povos em estado de vulnerabilidade nesse período. Em uma de suas obras (BOFF, 2005:17), ele faz uma crítica ao pensamento dominante do período anterior ao dizer que:

O ser humano, nessa prática cultural, entende-se como um ser sobre as coisas, dispondo delas a seu bel prazer, jamais como alguém que está junto as coisas, mas como membro de uma comunidade maior, planetária e cósmica. O efeito final, somente agora visível de forma inegável, é este, expresso na frase atribuída a Gandhi: “a Terra é suficiente para todos, mas não para a veracidade dos consumistas”.

Outro exemplo, internacionalmente reconhecido em relação à proteção da natureza por cristãos, neste caso, cristãos evangélicos, é o Centro Cristão de Pesquisa de Campo e Observatório de Pássaros: A Rocha, que consistem em um trabalho pioneiro iniciado em Portugal, em prol da conservação da natureza, que hoje está difundido em mais de 20 países. Peter Harris, fundador do movimento, afirma em seu livro que:

Os cristãos certamente deveriam estar na vanguarda do movimento em prol da responsabilidade ambiental. Afinal o que diz nossa doutrina quanto a criação e administração da natureza? Deus fez o Mundo? Ele o sustenta? Ele submeteu os recursos do mundo aos nossos cuidados? A Sua preocupação pessoal pela sua própria criação deveria ser o suficiente para inspirar-nos a ter a mesma preocupação (HARRIS, 2001:9-10).

Harris (2001) se refere à passagem bíblica de Genesis 1:1-28, a mesma utilizada por White (1967) para sugerir uma influência negativa dos ensinamentos Judaico-cristãos na relação homem-natureza. Para Harris (2001), porém, Deus criou o homem enquanto mordomo para cuidar da criação de Deus assim como o próprio Deus teve o cuidado de criar tudo para desfrute do homem. Sendo assim, o “dominar” não corresponderia a destruir, degradar, explorar sem limites, mas a desfrutar, conservando e preservando, dos recursos naturais disponíveis.

Além de pesquisadores e grupos cristãos que se debruçam sobre as causas de cunho preservacionista, é interessante citar novamente o trabalho de Vestena (2011), onde a autora realiza um trabalho de pesquisa de campo em escolas a fim de verificar o juízo moral e o conhecimento ambiental de crianças e adolescentes de diferentes contextos escolares.

A autora realizou seu trabalho de 2006 a 2010 em escolas distintas, sendo elas: Escola A: um contexto escolar específico caracterizado por uma proposta pedagógica bem definida, com base na teórica piagetiana; Escolas B: representam contextos escolares públicos, da rede municipal e estadual de ensino respectivamente; Escola C: escola particular, sem um fundamento teórico que embase sua proposta pedagógica; e Escola D: representa um contexto confessional com proposta pedagógica de cunho cristão. Nesses ambientes, foram entrevistadas crianças e adolescentes das faixas etárias de 8 a 14 anos.

Vestena (2011:147) concluiu que:

O juízo moral de Respeito/Desrespeito ambiental caracteriza-se como uma fase intermediária, em que o sujeito demonstra respeito para com o meio ambiente, ora não diante de determinada situação, o que seria um juízo fragmentado. A presença de juízo moral de respeito/desrespeito ambiental ocorreu em ambientes escolares independente da faixa etária.

Dentre os quatro grupos de escolas pesquisados, a autora destaca mais de uma vez que a escola do grupo D, de cunho confessional cristão, apresentou bons índices de Juízo Moral de respeito e cuidado com a natureza. “Nas escolas D e A, verificou-se melhores índices de juízo moral de respeito ambiental (VESTANA, 2011:150), enquanto, na escola D, ficou evidente que as crianças menores de 11 anos em sua quase totalidade apresentam juízo moral de respeito ambiental” (VESTANA, 2011:151). Além destas percepções, a autora (VERSTENA, 2011:135) destacou que:

Entre as escolas pesquisadas, percebemos que a escola D que os alunos com idade entre 11 e 12 anos apresentam maiores índices de conhecimento ambiental do que o observado nas outras escolas, assim como, em um contexto geral os alunos das escolas A e B demonstram índices de conhecimento um pouco inferiores das demais escolas.

Verstena (2011) buscava demonstrar como o método piagetiano de ensino poderia influenciar no aprendizado e na formação de juízo de valor sobre a questão ambiental. Entretanto, os resultados constatados demonstraram, dentre outras coisas, que a escola confessional cristã estudada influenciava, com maior peso e positivamente, seus alunos a adquirirem um juízo moral e conhecimentos ambientais de cunho de respeito e proteção com a natureza, destacando-se a esse respeito em relação às demais.

Este trabalho acredita nos efeitos positivos dos ensinamentos Judaico-cristãos sobre a relação entre homem e natureza. Nesse sentido, propõe-se examinar, no próximo capítulo, se e em que sentido os ensinamentos Judaico-cristãos têm influenciado a percepção e o juízo moral das pessoas a respeito da proteção ambiental. Para tanto, foram escolhidos alguns países nos quais a maioria de sua população professa o cristianismo e o judaísmo enquanto religião. O mesmo foi realizado para países que não possuem população predominantemente cristã, como forma de comparação de dados.

CAPÍTULO 3: INFLUÊNCIA DOS ENSINAMENTOS JUDAICO-CRISTÃOS NA RELAÇÃO ENTRE HOMEM E NATUREZA - ALGUMAS CONSTATAÇÕES.

Este capítulo busca realizar uma análise comparativa sobre o juízo moral de pessoas de diferentes religiões e países em relação ao meio ambiente. Como mencionado no capítulo anterior, por juízo moral, entende-se o conjunto de regras sociais que determina o comportamento dos indivíduos em relação ao meio em que vive, o que inclui a relação entre indivíduo e meio ambiente. Acredita-se que, além da renda e da escolaridade do indivíduo, os ensinamentos Judaico-cristãos, assim como outras doutrinas religiosas, impactam esse conjunto de regras sociais, o que, por sua vez, orienta a opinião e a relação dos indivíduos com o meio ambiente.

Esta investigação comparativa será realizada por meio de análise de dados de quatro países previamente selecionados: Brasil, Índia, Alemanha e Japão, sendo que dois deles, Brasil e Alemanha, apresentam os ensinamentos Judaico-cristãos enquanto suas religiões predominantes e os outros dois, Índia e Japão, não. Os resultados buscam verificar se e em que sentido se dá a percepção ambiental de pessoas de países que adotam os ensinamentos Judaico-cristãos comparativamente às de países que não os adotam.

Para tanto, a primeira seção deste capítulo descreve os critérios de seleção adotados para a escolha dos países estudados, bem como o modelo analítico utilizado para a investigação. Em seguida, apresenta-se e se analisa os dados sobre a percepção ambiental destes grupos nos países examinados.

3.1 Critérios de seleção e modelo analítico:

O juízo moral dos indivíduos em relação ao meio ambiente tem sido analisado por meio dos dados produzidos pelo World Values Survey¹. Esses dados são produzidos por ondas de pesquisa iniciadas em 1981. Ao todo, já foram realizadas seis ondas, sendo a última de 2010 a 2014. Esse trabalho examina dados coletados nessa última onda, pois busca compreender a relação atual entre indivíduo e natureza.

Além disso, tornou-se necessário selecionar alguns países para a análise, tendo em vista que a pesquisa do World Values Survey compreende 58 Nações. Neste sentido, dois critérios

¹ Disponível em: <http://www.worldvaluessurvey.org/>

foram considerados enquanto critérios de seleção: a religião e o nível de desenvolvimento econômico do país.

Para fins da análise proposta, no que tange à religião, optou-se por examinar dois países em que a mesma fosse predominantemente Judaico-cristã e, enquanto controle, dois países cuja religião predominante não é Judaico-cristã ou onde a maioria da população não possui nenhum tipo de religião.

Para escolher tais nações, utilizou-se, como segundo critério de escolha, o nível de desenvolvimento econômico do país. Sabe-se que “níveis de renda mais altos podem dar margem a padrões de consumo ambientalmente mais limpos, o que induz uma trajetória tecnológica de menor intensidade de degradação do consumo” (MOTTA, 2002:1).

Normalmente o que se observa é que há uma mesma trajetória de desenvolvimento na maioria dos países, na qual, no estágio inicial do crescimento econômico, existe uma intensa dependência na agricultura e nos produtos primários, o que é pouco impactante ao meio ambiente. Com o crescimento da economia, a produção de manufaturas passa a ter maior participação no produto interno. Esse estágio inicia com indústrias leves, como a têxtil, e passa por uma fase de indústrias pesadas, como a de siderurgia e a de cimento. Nessa fase de industrialização, que corresponde a uma economia de renda média, a intensidade de utilização dos recursos naturais aumenta significativamente para dar suporte aos centros urbano-industriais emergentes, aumentando a degradação. Por sua vez, o estágio seguinte representa a superação da fase eminentemente industrial, isto é, passa a ocorrer a substituição das indústrias de base por indústrias com maior tecnologia, e o setor de serviços passa a ter um papel dominante na economia (Barros, Muller e Nogueira, 2007:2).

Segundo tal abordagem, quanto maior a renda de um país, maiores são as chances que o mesmo desenvolva atividades tecnológicas voltadas para a conservação ambiental. Vale destacar, porém, que o enfoque deste estudo não consiste nas ações institucionais de uma nação a fim de preservar o meio ambiente. A análise foca, por outro lado, no juízo moral das pessoas em relação ao meio ambiente nos países selecionados. No entanto, para que uma nação desenvolva ações de cunho preservacionista, seu núcleo político já deve estar familiarizado com o tema e reconhecer sua importância. Uma vez que este núcleo político advém da sociedade, pode-se esperar que a própria sociedade já reconheça a temática como necessária.

Da aplicação do critério “nível de desenvolvimento do país”, somado à religião, foram escolhidos quatro países, dois economicamente desenvolvidos e dois em desenvolvimento econômico, sendo:

Quadro 1: Países examinados segundo a religião e nível de desenvolvimento econômico

Países Seleccionados	Economicamente desenvolvidos	Em desenvolvimento
Com religião advinda de ensinamentos Judaico-cristãos	Alemanha	Brasil
Com outro tipo de religião ou nenhuma religião	Japão	Índia

Fonte: Formulação própria a partir de dados do World Value Survey (2016).

A Tabela 1 mostra a proporção de cidadãos na Alemanha, Brasil, Índia e Japão adeptos de religiões Judaico-cristãs, outras religiões, nenhuma religião e que não souberam ou não responderam. Como se vê, a maioria da população da Alemanha (61,5% do total) e do Brasil (79% do total) declaram seguir religiões Judaico-cristãs. Já na Índia e no Japão, a maioria expressiva, 88,2% e 92,7% respectivamente, segue outras ou nenhuma religião.

Tabela 1: Predominância Religiosa na Alemanha, Brasil, Índia e Japão (2010-2014)
(% do total entrevistado)

Países Seleccionados	Religiões Judaico-cristãs	Outras Religiões / Nenhuma Religião	Não Souberam / Não Responderam
Alemanha	61,5%	37,3%	1,2%
Brasil	79,0%	20,4%	0,6%
Índia	8,9%	88,2%	2,9%
Japão	1,0%	92,7%	6,3%

Fonte: Formulação própria a partir de dados do World Value Survey (2016).

Por sua vez, para realizar a verificação do nível de desenvolvimento econômico, foi tomado como base o Produto Interno Bruto – PIB – em dólares, tendo como referência o ano de 2015. A Tabela 2 apresenta o PIB da Alemanha, Brasil, Índia e Japão. Como se constata, Alemanha e Japão consistem em países considerados economicamente desenvolvidos, com PIB acima de 3 bilhões de dólares no ano de 2015. Brasil e Índia, por outro lado, são considerados países em desenvolvimento econômico, com PIB próximo de 2 bilhões de dólares no ano de 2015.

Tabela 2: Produto Interno Bruto (Ano Base = 2015)

País	PIB (10 ⁹ USD)
Alemanha	3.354,0
Brasil	1.772,3
Índia	2.072,0
Japão	4.125,4

Fonte: AICEP Portugal Global

Conhecido o escopo do trabalho, passou-se para a definição do modelo analítico do mesmo. O World Values Survey apresenta dados quantitativos, coletados por meio de

entrevistas com indivíduos no país examinado. As perguntas compreendem desde questões de cunho pessoal e privado, como a importância relativa da religião e do meio ambiente frente a outros temas, até questões de cunho político e público, como o nível de engajamento político do indivíduo em questões diversas. A WVS também faz perguntas sobre opinião, crenças e tolerância a respeito de diferentes tipos de atitudes e comportamentos.

De modo a processar as informações do banco de dados do WVS através do programa Stata 13ª versão, este trabalho irá utilizar enquanto ferramenta de trabalho o modelo analítico através de comparações e de regressão, elaboradas a partir da questão central deste trabalho: verificar se e em que medida os ensinamentos Judaico-cristãos estão associados à relação entre homem e natureza.

Enquanto forma de análise, este modelo utilizou-se de uma variável dependente e cinco variáveis de controle. A variável dependente adotada questiona “a importância atribuída à proteção ambiental ante ao desenvolvimento econômico”. Esta tem por objetivo verificar o juízo moral dos indivíduos ante a temas conflitantes.

As variáveis independentes incluem: “importância da religião para o indivíduo” de modo a verificar se em países onde os indivíduos que são mais apegados a suas religiões se comportam de maneira diferente de países onde os indivíduos que não lhe atribuem importância, e as variáveis a “declaração de escala de renda”, “nível de escolaridade” dos entrevistados, que conforme expostas no capítulo anterior, podem exercer influências sobre o juízo moral dos indivíduos em relação às questões ambientais. Também foram acrescentadas as variáveis “idade” e “sexo” do entrevistado, a fim de verificar se existem distinções de preferências segundo as demais características demográficas.

Diante do que foi exposto, optou-se por examinar a relação entre homem e natureza - a variável dependente desse modelo - a partir da seguinte pergunta:

Aqui estão dois argumentos que as pessoas usam quando discutem o meio ambiente e o crescimento econômico. Qual deles se aproxima mais do seu ponto de vista?
(A) Proteger o meio ambiente deve ser prioridade, mesmo que reduza o ritmo do crescimento econômico e acarrete perda de empregos, ou
(B) Crescimento econômico e criação de empregos devem ser prioridades, mesmo se o meio ambiente sofrer em alguma medida.

A resposta A indica uma visão conservacionista do indivíduo e a B, uma visão que não prioriza a conservação ambiental e, portanto, pode levar a ações de degradação da natureza.

Para mensurar o impacto da religião sobre o juízo moral dos indivíduos em relação ao meio ambiente, utilizou-se a variável: Importância da religião na vida do indivíduo, mensurada por meio de resposta à seguinte pergunta:

- Você diria que a religião é:
- (A) muito importante,
 - (B) importante,
 - (C) não muito importante, ou
 - (D) nada importante para você.

Acredita-se que indivíduos que consideram a religião muito importante refletirão os ensinamentos dela recebidos em suas opiniões em relação a outros temas, dentre eles, o meio ambiente. Neste sentido, quanto maior a importância da religião em um país, maior tende a ser o impacto e, por conseguinte, a relação da mesma com o juízo moral dos indivíduos, inclusive, no que concerne à natureza.

Para controlar os efeitos da renda e do nível de escolaridade sobre o juízo moral dos indivíduos, acrescentou-se, à análise, duas variáveis que medem renda e escolaridade. Em relação à renda, utilizou-se os dados resultantes da seguinte pergunta:

Em uma escala de rendimentos onde 1 indica o rendimento mais baixo e 10 o rendimento mais alto do país, gostaríamos de saber em qual parte da escala se situa sua renda familiar?

Para que durante a pesquisa os entrevistados não tivessem que divulgar suas rendas familiares, o sistema de escala de 1 a 10 representa a variação de renda em que o grupo familiar está inserido na sociedade. Para facilitar a interpretação dos resultados, as 10 categorias da escala foram reagrupadas em quatro, como explicado mais adiante.

Já no que se refere ao nível de escolaridade, controlou-se pelas informações obtidas por meio da pergunta:

- Qual o maior nível de escolaridade que você apresenta?
- (A) Sem educação formal - SEF,
 - (B) ensino fundamental incompleto - EFI,
 - (C) Ensino fundamental completo - EFC,
 - (D) Ensino médio técnico incompleto - SMTI,
 - (E) Ensino médio técnico completo - EMTC,
 - (F) Ensino médio preparatório para universidade incompleto - EMPI,
 - (G) Ensino médio preparatório para universidade completo - EMPC,
 - (H) Educação superior incompleta - ESI,
 - (I) Educação superior completa - ESC.

Novamente, optou-se por reagrupar tais categorias em quatro grupos, que serão apresentados em seguida.

Esse conjunto de variáveis foi examinado para um banco de dados com 2.046 entrevistados na Alemanha no ano de 2013, 1.486 entrevistados no Brasil no ano de 2014, 1.581 entrevistados na Índia no ano de 2014 e 2.443 entrevistados no Japão no ano de 2010, o que corresponde a sexta onda de pesquisa do World Values Survey que ocorreu entre os anos de 2010 e 2014. Todos os entrevistados deveriam ter 18 anos ou mais para responder ao questionário. A análise descritiva e estatística dos mesmos é apresentada a seguir.

Buscar-se-á verificar o quanto a religião pode influenciar o juízo moral de um indivíduo no modo como este aborda as questões ambientais em cada um dos países selecionados, e se existem diferenças entre os mesmos, quando se mantem constante escolaridade, renda, idade e sexo.

3.2 Análise de dados e constatações:

A) A relação homem-natureza na Alemanha, Brasil, Índia e Japão:

A Tabela 3 abaixo apresenta os dados agregados em relação à resposta dos entrevistados na Alemanha, Brasil, Índia e Japão à pergunta:

Aqui estão dois argumentos que as pessoas usam quando discutem o meio ambiente e o crescimento econômico. Qual deles se aproxima mais do seu ponto de vista?
(A) Proteger o meio ambiente deve ser prioridade, mesmo que reduza o ritmo do crescimento econômico e acarrete perda de empregos, ou
(B) Crescimento econômico e criação de empregos devem ser prioridades, mesmo se o meio ambiente sofrer em alguma medida.

Os dados apresentados na Tabela 3 mostram que o Brasil é o único país do conjunto analisado em que mais de 60% os entrevistados responderam que a proteção ambiental deve ser prioridade. Em seguida, vem a Alemanha com 47% do total, a Índia com 37% e Japão com 36% de entrevistados que atribuíram à proteção ambiental prioridade frente ao crescimento econômico. Dentre as respostas em que o crescimento econômico deve ser prioridade e que, para isso, o meio ambiente deve sofrer em alguma medida, destaca-se, em primeiro lugar, a Índia com 51% do total, seguida pelo Japão (47%), Alemanha (42%) e, por último, pelo Brasil (32%).

Tabela 3: Proporção (%) de indivíduos que priorizam a proteção ambiental ou o crescimento econômico na Alemanha, Brasil, Índia e Japão (2010-2014)

País	Relação Homem-Natureza		
	Proteção ambiental enquanto prioridade	Crescimento econômico enquanto prioridade	Outras respostas / Não Responderam
Alemanha	47,1%	42,3%	10,6%
Brasil	65,8%	32,4%	1,8%
Índia	37,1%	50,6%	12,3%
Japão	35,9%	47,5%	16,5%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

B) Religião, renda, escolaridade, sexo e idade na Alemanha, Brasil, Índia e Japão:

A Tabela 4 abaixo apresenta os dados agregados em relação à importância da religião na Alemanha, Brasil, Índia e Japão. Os entrevistados responderam à seguinte pergunta:

- Você diria que a religião é:
- (A) muito importante,
 - (B) importante,
 - (C) não muito importante, ou
 - (D) nada importante para você.

O país em que os entrevistados mais atribuíram relevância a religião foi o Brasil, onde 53,1% dos entrevistados consideraram a religião muito importante e 37,1% consideram-na como importante. Em seguida, vem a Índia com 44,8% e 36,2%, respectivamente. Na Alemanha e Japão, a maioria dos entrevistados atribuiu pouca ou nenhuma importância para a religião em suas vidas, sendo que, na Alemanha, 68,5% considera pouco ou nada importante e apenas 31,5% consideram como muito importante ou importante. No Japão, 78,1% da população considera a religião pouco ou nada importante, enquanto apenas 15,9% atribui algum grau de importância para a religião em suas vidas.

Tabela 4: Proporção (%) de indivíduos que consideram a religião muito importante, importante, pouco importante ou nada importante na Alemanha, Brasil, Índia e Japão (2010-2014)

País	Importância da Religião			
	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
Alemanha	11,0%	20,5%	30,8%	37,7%
Brasil	53,1%	37,1%	6,9%	2,9%
Índia	44,8%	36,2%	11,9%	7,1%
Japão	6,2%	15,7%	38,4%	39,7%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

A Tabela 5 abaixo apresenta os dados agregados em relação à renda na Alemanha, Brasil, Índia e Japão. Os entrevistados responderam à seguinte pergunta:

Em uma escala de rendimentos onde 1 indica o rendimento mais baixo e 10 o rendimento mais alto do país, gostaríamos de saber em qual parte da escala se situa sua renda familiar?

Como mostra a Tabela 5, esta escala foi reagrupada em 4 grandes grupos. No que se refere à escala de rendimentos em que o entrevistado considera estar sua família, cabe traçar algumas considerações. A primeira é que na Alemanha, a maioria dos entrevistados considera estar entre a quarta e sexta faixa de renda. No Brasil, a maioria dos entrevistados também considera estar entre a quarta e a sexta faixa de renda, também é o país em que a menor porcentagem dos entrevistados considera receber as maiores faixas salariais.

Na Índia e no Japão, a maioria dos entrevistados considera estar entre a primeira e terceira faixa de renda. A Índia possui o segundo maior resultado para a porcentagem de pessoas que consideram receber a maior faixa de renda do país, enquanto o Japão apresenta a maior porcentagem de entrevistados que consideram receber os menores salários (43,53%) e a maior porcentagem de pessoas que consideram receber as maiores faixas salariais (32,67%).

Tabela 5: Proporção (%) de indivíduos por escala de renda na Alemanha, Brasil, Índia e Japão (2010-2014)

País	Escala de renda			
	1 a 3	4 a 6	7 e 8	9 e 10
Alemanha	22,84%	54,22%	12,80%	10,14%
Brasil	33,52%	48,21%	10,39%	7,88%
Índia	42,16%	32,40%	5,99%	19,44%
Japão	43,53%	20,32%	3,48%	32,67%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

No que diz respeito ao nível de escolaridade, a Tabela 6 apresenta os dados agregados em relação à resposta à seguinte pergunta, já após sua recategorização em quatro grupos:

Qual o maior nível de escolaridade que você apresenta?

- (A) Sem educação formal - SEF,
- (B) ensino fundamental incompleto - EFI,
- (C) Ensino fundamental completo - EFC,
- (D) Ensino médio técnico incompleto - SMTI,
- (E) Ensino médio técnico completo - EMTC,
- (F) Ensino médio preparatório para universidade incompleto - EMPI,
- (G) Ensino médio preparatório para universidade completo - EMPC,
- (H) Educação superior incompleta - ESI,
- (I) Educação superior completa - ESC.

Os grupos foram recategorizações em: 1) Sem Educação Formal até Ensino Fundamental Incompleto – EFI; 2) Ensino Fundamental Completo – EFC até Ensino Médio

Incompleto – EMI; 3) Ensino Médio Completo - EMC até Ensino Superior Incompleto – ESI; e Ensino superior completo – ESC.

No que se refere ao nível de escolaridade nos países pesquisados, o Japão é o que apresenta os melhores índices. Nenhum dos entrevistados declarou não ter educação formal nem ensino fundamental incompleto. O Japão também é o país que possui maior porcentagem de pessoas que declararam possuir o ensino superior completo, o que corresponde a 22,5% do total.

Tabela 6: Proporção (%) de indivíduos por nível de escolaridade na Alemanha, Brasil, Índia e Japão (2010-2014)

País	Nível de escolaridade			
	Até EFI	EFC até EMI	EMC até ESI	ESC
Alemanha	8,37%	28,89%	44,93%	17,18%
Brasil	32,54%	22,12%	35,18%	10,15%
Índia	29,77%	41,12%	23,93%	5,19%
Japão	-	17,25%	60,23%	22,52%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

O Japão é seguido pela Alemanha no que tange à porcentagem de entrevistados que concluiu o ensino superior (17,8% do total). Ademais, a maioria dos entrevistados declara ter concluído minimamente o ensino médio. Já o Brasil apresenta a maior porcentagem de entrevistados que declara não ter concluído o ensino fundamental (32,54% do total). É importante lembrar que os entrevistados têm idade mínima de 18 anos. Assim, considerando o sistema educacional brasileiro como exemplo, os entrevistados já poderiam ter pelo menos completados o ensino médio, em um cenário sem evasão e repetência escolar.

Por fim, constata-se que a Índia é o país que apresenta os piores resultados de escolaridade entre os entrevistados. Somando as pessoas que responderam a pesquisa e declararam não ter concluído nem o ensino fundamental, ou ter concluído no máximo este nível equivale a 70,9% dos entrevistados. A conclusão do ensino médio e do superior foram as respostas menos declaradas entre os entrevistados na Índia.

Referente ao sexo, a tabela 7 apresenta os dados em relação a anotação do entrevistador sobre o entrevistado ao questionário.

Tabela 7: Proporção (%) de indivíduos por Sexo na Alemanha, Brasil, Índia e Japão (2010-2014)

País	Sexo	
	Masculino	Feminino
Alemanha	48,87%	51,13%
Brasil	47,72%	52,28%
Índia	51,85%	48,15%
Japão	48,18%	51,82%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

Observa-se que para Alemanha, Brasil e Japão, a maioria dos entrevistados eram mulheres, já para o caso da Índia, a maioria dos entrevistados eram homens.

Vale destacar também que as porcentagens de entrevistados por sexo para Alemanha e Japão são equiparadas para os mesmos sexos, já para os casos do Brasil e Índia as porcentagens também se equiparam, entretanto estas se dão para sexos opostos.

No que se refere a idade, a tabela 8 apresenta a resposta à seguinte pergunta:

O Sr(a) tem quantos anos?

Os dados apresentados a seguir foram categorizados em quatro grupos de idade, conforme segue:

Tabela 8: Proporção (%) de indivíduos por idade na Alemanha, Brasil, Índia e Japão (2010-2014)

País	Idade			
	18 a 29	30 a 44	45 a 59	60 a mais
Alemanha	17,27%	22,75%	27,45%	32,53%
Brasil	26,38%	29,48%	26,31%	17,83%
Índia	27,26%	38,27%	23,27%	11,20%
Japão	12,12%	25,62%	26,57%	35,69%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

É possível observar que os países em que obtiveram a menor porcentagem de jovens respondendo ao survey também foram os países que obtiveram a maior porcentagem de idosos respondendo as perguntas, sendo eles, Alemanha e Japão, o que não é observado para os casos do Brasil e Índia.

C) Relação Homem-Natureza x Importância da Religião na Alemanha, Brasil, Índia e Japão:

A fim de verificar se e em que medida a religião pode influenciar o quão importante é a proteção ambiental para os entrevistados, cruzou-se as informações de importância atribuída à religião na vida de uma pessoa e o quanto esta considera a proteção ambiental prioridade ante ao desenvolvimento econômico. Somente foram considerados os dados para os entrevistados que expuseram uma resposta clara. As respostas “não souberam” ou “não responderam” não foram consideradas. Os dados são apresentados por país, como segue.

Tabela 9: Proteção Ambiental x Importância da Religião na Alemanha por % de indivíduos (2013)

Proteção ambiental x Desenvolvimento econômico	Importância da Religião			
	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
A proteção ambiental deve ser prioridade	59,49%	60,22%	50,37%	51,30%
O des. econômico deve ser prioridade	40,51%	39,78%	49,63%	48,70%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

É interessante observar que, na Alemanha, a porcentagem da população que considera prioridade a proteção ambiental é superior à porcentagem da população que considera prioridade o crescimento econômico que acarrete danos ambientais, independente do grau de importância atribuído à religião. Cabe ressaltar aqui que, somente em um dos casos a proteção ambiental sobressai ante ao desenvolvimento econômico, ultrapassando a casa dos 60%.

Para o caso do Brasil (Tabela 10), assim como na Alemanha, independente do grau de importância que as pessoas atribuem à religião em sua vida, a maior porcentagem das respostas em favor da proteção sempre foi superior à porcentagem de respostas favorável ao crescimento econômico. No entanto, para o Brasil, a porcentagem da população que respondeu considera a religião muito importante e ser a favor da proteção ambiental foi a que mais se sobressaiu (com 69%).

Tabela 10: Proteção Ambiental x Importância da Religião no Brasil por % de indivíduos (2014)

Proteção ambiental x Desenvolvimento econômico	Importância da Religião			
	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
A proteção ambiental deve ser prioridade	69,18%	64,66%	67,03%	56,76%
O des. econômico deve ser prioridade	30,82%	35,34%	32,97%	43,24%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

No caso da Índia (Tabela 11), a porcentagem de pessoas que responderam que o crescimento econômico é prioridade ante à proteção ambiental foi superior em três dos quatro casos, somente para quem considera a religião pouco importante estes valores se invertem.

Tabela 11: Proteção Ambiental x Importância da Religião no Índia por % de indivíduos (2014)

Proteção ambiental x Desenvolvimento econômico	Importância da Religião			
	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
A proteção ambiental deve ser prioridade	42,88%	41,50%	36,81%	54,65%
O des. econômico deve ser prioridade	57,12%	58,50%	63,19%	45,35%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

Os dados apresentados pelo Japão também são muito distintos. Salvo para quem considera a religião muito importante, o critério econômico sobressai ante a proteção ambiental em todos os demais casos.

Tabela 12: Proteção Ambiental x Importância da Religião no Japão por % de indivíduos (2010)

Proteção ambiental x Desenvolvimento econômico	Importância da Religião			
	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
A proteção ambiental deve ser prioridade	58,46%	42,53%	45,05%	41,63%
O des. econômico deve ser prioridade	41,54%	57,47%	54,95%	58,37%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

D) Relação Homem-Natureza x Escala de Renda na Alemanha, Brasil, Índia e Japão:

A fim de verificar se e em que medida a renda pode influenciar o quão importante é a proteção ambiental para os entrevistados, cruzou-se as informações da escala de renda em que o entrevistado declara estar, com o quanto este considera a proteção ambiental prioridade ante ao desenvolvimento econômico. Os dados são apresentados por país, como segue.

Tabela 13: Proteção Ambiental x Escala de Renda na Alemanha por % de indivíduos (2013)

Proteção ambiental x Desenvolvimento econômico	Escala de Renda			
	1 a 3	4 a 6	7 e 8	9 e 10
A proteção ambiental deve ser prioridade	51,97%	51,37%	54,63%	58,64%
O des. econômico deve ser prioridade	48,03%	48,63%	45,37%	41,36%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

Como é possível verificar na tabela acima, na Alemanha, em todos os níveis da escala de renda, existe predominância de respostas favoráveis à proteção ambiental, comparativamente à preferência pelo desenvolvimento econômico. Neste sentido, não parece haver uma relação significativa entre maiores ou menores faixas de renda e juízo moral sobre conservação, apesar de se observar uma leve progressão neste sentido.

No que se refere ao Brasil, assim como na Alemanha, pode-se observar que a porcentagem de pessoas que optam pela conservação em relação ao crescimento econômico é maior em todos os níveis de renda, mas que ao contrario do país anterior, supera a casa dos 65%, No caso brasileiro é possível verificar uma progressão, onde quanto maior a faixa de renda maior a porcentagem de pessoas que preferem a proteção ante a degradação ambiental.

Tabela 14: Proteção Ambiental x Escala de Renda no Brasil por % de indivíduos (2014)

Proteção ambiental x Desenvolvimento econômico	Escala de Renda			
	1 a 3	4 a 6	7 e 8	9 e 10
A proteção ambiental deve ser prioridade	65,34%	67,33%	68,38%	71,28%
O des. econômico deve ser prioridade	34,66%	32,67%	31,62%	28,72%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

Observando os dados da Índia, em todas as faixas de renda a opção de escolha é sempre favorável ao desenvolvimento econômico. Para este país não se nota tendência em nenhum sentido.

Tabela 15: Proteção Ambiental x Escala de Renda na Índia por % de indivíduos (2014)

Proteção ambiental x Desenvolvimento econômico	Escala de Renda			
	1 a 3	4 a 6	7 e 8	9 e 10
A proteção ambiental deve ser prioridade	47,60%	40,71%	41,03%	43,12%
O des. econômico deve ser prioridade	52,40%	59,29%	58,97%	56,88%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

Por fim, no que se refere ao Japão, assim como foi observado na Índia, constata-se que em todos os casos a preferência de respostas foi pelo desenvolvimento econômico, sem haver nenhuma tendência de escolhas por faixas de renda.

Tabela 16: Proteção Ambiental x Escala de Renda no Japão por % de indivíduos (2010)

Proteção ambiental x Desenvolvimento econômico	Escala de Renda			
	1 a 3	4 a 6	7 e 8	9 e 10
A proteção ambiental deve ser prioridade	39,44%	47,50%	33,33%	46,22%
O des. econômico deve ser prioridade	60,56%	52,50%	66,67%	53,78%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

E) Relação Homem-Natureza x Nível de Escolaridade na Alemanha, Brasil, Índia e Japão:

A fim de verificar se e em que medida a escolaridade pode influenciar o quão importante é a proteção ambiental para os entrevistados, cruzou-se as informações sobre nível de escolaridade do entrevistado e quanto este considera a proteção ambiental prioridade ante ao desenvolvimento econômico. Os dados são apresentados por país, como segue.

Para o caso da Alemanha, há uma progressão (do menor ao maior nível de escolaridade) na porcentagem de pessoas que optam pela proteção ambiental ante ao crescimento econômico. O que se percebe é que no menor nível de escolaridade, a porcentagem de pessoas que optam pelo desenvolvimento econômico é superior aos que optam pela proteção ambiental. Nos outros casos, a porcentagem de pessoas que optam pela proteção ambiental foi superior aos que optam pelo desenvolvimento econômico.

Tabela 17: Proteção Ambiental x Nível de Escolaridade na Alemanha por % de indivíduos (2013)

Proteção ambiental x Desenvolvimento econômico	Nível de Escolaridade			
	Até EFI	EFC até EMI	EMC até ESI	ESC
A proteção ambiental deve ser prioridade	45,07%	50,28%	50,88%	64,71%
O des. econômico deve ser prioridade	54,93%	49,72%	49,12%	35,29%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

No caso do Brasil, em todos os níveis de escolaridade declarados pelos entrevistados, a porcentagem de pessoas que optam pela proteção ambiental é superior aos que optam pelo desenvolvimento econômico. Também é percebida uma progressão na porcentagem do menor ao maior nível de escolaridade de pessoas que declaram priorizar a proteção ambiental.

Tabela 18: Proteção Ambiental x Nível de Escolaridade no Brasil por % de indivíduos (2014)

Proteção ambiental x Desenvolvimento econômico	Nível de Escolaridade			
	Até EFI	EFC até EMI	EMC até ESI	ESC
A proteção ambiental deve ser prioridade	62,95%	65,13%	69,17%	67,12%
O des. econômico deve ser prioridade	37,05%	34,87%	30,83%	23,40%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

Sobre os dados da Índia, somente nos casos onde os entrevistados declaram possuir ensino superior é verificável a preferência pela proteção ambiental, mesmo que a porcentagem de diferença seja pequena. Não foi possível verificar uma tendência nítida no que se refere ao nível de escolaridade e a maior conscientização ambiental, pois os valores apresentados variam sem apresentar uma ordem neste sentido.

Tabela 19: Proteção Ambiental x Nível de Escolaridade na Índia por % de indivíduos (2014)

Proteção ambiental x Desenvolvimento econômico	Nível de Escolaridade			
	Até EFI	EFC até EMI	EMC até ESI	ESC
A proteção ambiental deve ser prioridade	38,08%	45,66%	38,64%	53,95%
O des. econômico deve ser prioridade	61,92%	54,34%	61,36%	46,05%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

Por fim, no Japão, o que se pode verificar é que quanto menor é o nível de escolaridade, maior a porcentagem de pessoas que declaram ser favoráveis ao desenvolvimento econômico ante a proteção ambiental. À medida que o nível de escolaridade se eleva, aumenta-se a porcentagem de pessoas que consideram que a proteção ambiental deve prevalecer frente ao desenvolvimento econômico.

Tabela 20: Proteção Ambiental x Nível de Escolaridade no Japão por % de indivíduos (2010)

Proteção ambiental x Desenvolvimento econômico	Nível de Escolaridade			
	Até EFI	EFC até EMI	EMC até ESI	ESC
A proteção ambiental deve ser prioridade	-	30,99%	40,88%	58,88%
O des. econômico deve ser prioridade	-	69,01%	59,12%	41,12%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

F) *Relação Homem-Natureza x Idade na Alemanha, Brasil, Índia e Japão:*

A fim de verificar se e em que medida a idade de um indivíduo pode influenciar o quão importante é a proteção ambiental para os entrevistados, cruzou-se as informações sobre a faixa etária do entrevistado e quanto este considera a proteção ambiental prioridade ante ao desenvolvimento econômico. Os dados são apresentados por país, como segue.

A Tabela 21 apresenta os resultados para o caso da Alemanha. O que se observa é que quanto mais jovem é a pessoa, maiores são suas preferências em relação à proteção ambiental ante ao desenvolvimento econômico. Além disso, constata-se que, independente da faixa etária, a preferência pela proteção supera a preferência pelo desenvolvimento econômico.

Tabela 21: Proteção Ambiental x Faixa Etária na Alemanha por % de indivíduos (2013)

Proteção ambiental x Desenvolvimento econômico	Faixa Etária			
	18 a 29	30 a 44	45 a 59	60 a mais
A proteção ambiental deve ser prioridade	54,02%	53,32%	52,35%	51,65%
O des. econômico deve ser prioridade	45,98%	46,68%	47,65%	48,35%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

No caso do Brasil (Tabela 22), assim como no caso da Alemanha, o que se observa é que quanto mais jovem é a pessoa, maiores são suas preferências em relação à proteção ambiental ante ao desenvolvimento econômico. Em todos os casos, a preferência pela proteção supera a preferência pelo desenvolvimento econômico, mas, diferentemente do caso da Alemanha, tais preferências são mais significativas em relação à proteção ambiental.

Tabela 22: Proteção Ambiental x Faixa Etária no Brasil por % de indivíduos (2014)

Proteção ambiental x Desenvolvimento econômico	Faixa Etária			
	18 a 29	30 a 44	45 a 59	60 a mais
A proteção ambiental deve ser prioridade	74,07%	66,01%	67,04%	58,19%
O des. econômico deve ser prioridade	25,93%	33,99%	32,96%	41,81%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

Em se tratando da Índia (Tabela 23), por outro lado, independente da faixa etária, a preferência pelo desenvolvimento econômico supera a preferência pela proteção ambiental.

Constata-se que quanto mais velha é a pessoa, maior são suas chances de preferir o desenvolvimento econômico à proteção do meio ambiente.

Tabela 23: Proteção Ambiental x Faixa Etária na Índia por % de indivíduos (2014)

Proteção ambiental x Desenvolvimento econômico	Faixa Etária			
	18 a 29	30 a 44	45 a 59	60 a mais
A proteção ambiental deve ser prioridade	44,90%	42,83%	39,94%	39,62%
O des. econômico deve ser prioridade	55,10%	57,17%	60,06%	60,38%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

Por fim, para o caso do Japão (Tabela 24), verifica-se que, assim como para a Índia, a preferência pelo desenvolvimento econômico supera a preferência pela proteção ambiental independente da faixa etária. Além disso, observa-se que quanto mais velha é a pessoa, maior a chance de ela preferir o desenvolvimento econômico à proteção ambiental.

Tabela 24: Proteção Ambiental x Faixa Etária no Japão por % de indivíduos (2010)

Proteção ambiental x Desenvolvimento econômico	Faixa Etária			
	18 a 29	30 a 44	45 a 59	60 a mais
A proteção ambiental deve ser prioridade	47,71%	45,95%	43,20%	39,84%
O des. econômico deve ser prioridade	52,29%	54,05%	56,80%	60,16%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

G) Relação Homem-Natureza x Sexo na Alemanha, Brasil, Índia e Japão:

A fim de verificar se e em que medida o sexo de um indivíduo pode influenciar o quão importante é a proteção ambiental para os entrevistados, cruzou-se as informações sobre o sexo do entrevistado e quanto este considera a proteção ambiental prioridade ante ao desenvolvimento econômico. Os dados são apresentados por país, como segue.

A Tabela 25 apresenta os resultados para a Alemanha. O que se observa em relação ao sexo é que os homens preferem, em sua maioria, o desenvolvimento econômico, ao passo que as mulheres preferem, em sua maioria, a proteção ambiental em relação ao desenvolvimento econômico.

Tabela 25: Proteção Ambiental x Sexo na Alemanha por % de indivíduos (2013)

País	Sexo	
	Masculino	Feminino
A proteção ambiental deve ser prioridade	46,87%	58,43%
O des. econômico deve ser prioridade	53,13%	41,57%
Total	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

No caso do Brasil, como mostra a Tabela 26, tem-se resultados distintos. Independente de ser mulher ou ser homem, a preferência pela proteção ambiental supera a preferência pelo desenvolvimento econômico.

Tabela 26: Proteção Ambiental x Sexo no Brasil por % de indivíduos (2014)

País	Sexo	
	Masculino	Feminino
A proteção ambiental deve ser prioridade	65,28%	68,10%
O des. econômico deve ser prioridade	34,72%	31,90%
Total	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

Já para o caso da Índia (Tabela 27) e do Japão (Tabela 28), observa-se o oposto do encontrado para o Brasil. Independente de ser mulher ou ser homem, a preferência pelo desenvolvimento econômico supera a preferência pela proteção ambiental. Vale destacar, porém, que as mulheres no Japão preferem o desenvolvimento econômico em proporções mais elevadas que as mulheres indianas.

Tabela 27: Proteção Ambiental x Sexo na Índia por % de indivíduos (2014)

País	Sexo	
	Masculino	Feminino
A proteção ambiental deve ser prioridade	43,78%	40,11%
O des. econômico deve ser prioridade	56,22%	59,89%
Total	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

Tabela 28: Proteção Ambiental x Sexo no Japão por % de indivíduos (2010)

País	Sexo	
	Masculino	Feminino
A proteção ambiental deve ser prioridade	46,03%	39,30%
O des. econômico deve ser prioridade	53,97%	60,70%
Total	100%	100%

Fonte: Formulação própria com base nos dados do World Values Survey (2016)

H) Análise estatística da Relação Homem-Natureza x Importância da religião, Nível de Escolaridade, Renda, Faixa Etária e Sexo na Alemanha, Brasil, Índia e Japão:

Após as análises descritivas acima expostas, realizou-se uma regressão por país a fim de verificar se e em que medida a importância atribuída à religião em uma nação impacta a relação entre homem e natureza, controlada pelo nível de escolaridade, escala de renda, faixa etária e sexo. À variável dependente binária “relação homem-natureza” foi atribuído valor 0 para preferência do indivíduo ao desenvolvimento econômico e 1 para preferência à proteção ambiental frente ao mesmo. A variável explicativa “importância atribuída à religião” foi categorizada em quatro valores, sendo 1 = muito importante, 2 = importante, 3 = pouco importante, 4 = nada importante, onde foi criada uma dummy para cada categoria.

Em relação às variáveis de controle, as variáveis “faixa etária”, “nível de escolaridade”, e “escala de renda” foram categorizadas em quatro grupos. Foi atribuído valor 1 para indivíduos de 18 a 29 anos; com até ensino fundamental incompleto; e faixa de renda de 1 a 3, valor 2 para os indivíduos de 30 a 44 anos; com até ensino médio incompleto; e faixa de renda de 4 a 6, valor 3 para os indivíduos de 45 a 59 anos; com até ensino superior incompleto; e faixa de renda de 7 e 8, e valor 4 para indivíduos de 60 e mais; com ensino superior completo; e faixa de renda de 9 e 10. Por sua vez, a variável “sexo” foi atribuído valor 0 para o sexo masculino e 1 para o sexo feminino. As respostas enquadradas como “não souberam”, “não responderam” ou “outras respostas” não foram consideradas nesta análise.

Todas as variáveis foram transformadas em binárias, sendo a variável oculta a referência comparativa para as demais variáveis. As variáveis de referência examinadas são: indivíduos que consideram a religião muito importante; que têm de 18 a 29 anos e apresentam até ensino fundamental incompleto (com exceção para o Japão, onde nesta variável a referência é indivíduos com até ensino fundamental completo), faixa de renda de 1 a 3 e que são do sexo masculino. Foram consideradas estatisticamente relevantes as variáveis cujo p-

valor foi de até 0,05, de modo que a variável analisada apresentasse uma probabilidade de significância de 95%.

A Tabela 29 apresenta os resultados da regressão sobre o impacto da importância atribuída à religião em uma nação na relação entre homem e natureza, controlada pelo nível de escolaridade, escala de renda, faixa etária e sexo. De modo geral, o que se constata é que a importância atribuída à religião por um indivíduo impacta, com significância estatística, sua relação com a natureza somente na Alemanha e no Japão.

No caso da Alemanha, observa-se que os indivíduos que consideram a religião pouco ou nada importante apresentam 64,9% e 64,8% respectivamente mais chances de preferir o desenvolvimento econômico à proteção ambiental, em relação aos que consideram a religião muito importante. Já para o Japão, verifica-se que a importância atribuída à religião, seja ela importante, pouco ou nada importante, também afeta, com significância estatística, a relação dos indivíduos com a natureza ganhando destaque sempre as chances de preferência pelo desenvolvimento econômico em relação à proteção ambiental.

Tabela 29: Razão de chances de se preferir a Proteção Ambiental segundo Importância da Religião, Nível de Escolaridade, Escala de Renda, Faixa etária e Sexo na Alemanha, Brasil, Índia e Japão (2010-2014)

Proteção ambiental	Países Estudados			
	Alemanha	Brasil	Índia	Japão
Religião - Importante	0,995 (0,981)	0,837 (0,180)	0,915 (0,502)	0,471 (0,016)
Religião - Pouco importante	0,649 (0,014)	0,748 (0,253)	0,759 (0,172)	0,460 (0,007)
Religião - Nada importante	0,648 (0,012)	0,563 (0,113)	1,367 (0,207)	0,394 (0,001)
Escolaridade - EFC até EMI	1,366 (0,112)	1,062 (0,722)	1,492 (0,006)	-
Escolaridade – EMC até ESI	1,425 (0,070)	1,136 (0,423)	1,012 (0,945)	1,687 (0,005)
Escolaridade – ESC	2,583 (0,000)	1,711 (0,024)	1,836 (0,027)	3,111 (0,000)
Escala de renda - 4 a 6	0,931 (0,565)	1,041 (0,733)	0,756 (0,047)	1,200 (0,266)
Escala de renda - 7 e 8	0,945 (0,755)	1,012 (0,953)	0,751 (0,260)	0,638 (0,192)
Escala de renda - 9 e 10	1,054 (0,791)	1,242 (0,398)	0,740 (0,079)	1,209 (0,220)
Faixa Etária - 30 a 44	0,889 (0,454)	0,647 (0,011)	0,956 (0,767)	1,243 (0,335)
Faixa Etária - 45 a 59	0,830 (0,233)	0,737 (0,088)	0,856 (0,363)	1,178 (0,468)
Faixa Etária – 60 a mais	0,856 (0,310)	0,516 (0,001)	0,950 (0,808)	1,111 (0,639)
Sexo	1,554 (0,000)	1,123 (0,363)	0,875 (0,286)	0,829 (0,154)

Fonte: formulação própria a partir dos dados de WVS (2010-2014)

Legenda: (p-valor)

Em se tratando dos efeitos do nível de escolaridade sobre a relação homem-natureza, observa-se que o fato de um indivíduo apresentar ensino superior completo impacta, com significância estatística, as chances de ele preferir a proteção ambiental ao desenvolvimento econômico nos quatro países examinados. Na Alemanha e no Japão, quem possui o ensino superior completo possui mais de 100% de chances de preferir a proteção ambiental, enquanto na Índia, as chances são de 83,6% maiores. Já no Brasil, o fato de um indivíduo apresentar ensino superior completo eleva em 71,1% as chances de ele preferir a proteção ambiental ao desenvolvimento econômico.

Além disso, na Índia, quem possui de ensino fundamental completo a ensino médio incompleto possui 49,2% mais chances de preferir a proteção ambiental que quem possui até ensino fundamental incompleto. Já no Japão, observa-se que quem possui do ensino médio completo ao superior incompleto têm 68,7% mais chances de preferir a proteção ambiental que quem possui até ensino fundamental completo.

Em se tratando da variável renda, somente para o caso da Índia, foi observada significância estatística nas respostas de quem está na escala de renda de 4 a 6, onde as chances destes preferirem o desenvolvimento econômico são de 75,6%. Já no se refere à faixa etária, constata-se relação para quem possui de 30 e 44 e mais de 60 anos no Brasil, com 64,7% e 51,6%, respectivamente, das chances de preferir o desenvolvimento econômico em relação aos jovens com menos de 30 anos.

Por fim, no que concerne à influência do sexo sobre a relação entre homem e natureza, constata-se significância estatística somente na Alemanha, onde o fato de ser mulher aumenta em 55,4% as chances de preferir a proteção ambiental em comparação ao fato de ser homem.

De modo geral, portanto, os resultados obtidos para a regressão logística acerca da relação homem-natureza segundo a importância atribuída à religião, o nível de escolaridade, a escala de renda, a faixa etária e o sexo dos indivíduos na Alemanha, Brasil, Índia e Japão entre 2010 a 2014, mostram que a variável importância da religião é significativamente relevante para explicar as diferenças nas respostas dos países da Alemanha e Japão. O nível de escolaridade também foi identificado como significativo para constatar diferenças nas respostas de alguns casos em todos os países. Já a escala de renda só foi impactante na diferença de resposta de um caso na Índia, assim como a variável de idade só influencia em alguns casos de faixa etária no Brasil. Por fim, a variável sexo só impacta significativamente a preferência pela proteção ambiental no caso da Alemanha.

A partir dos dados apresentadas acima, algumas constatações são traçadas a seguir.

3.3 Constatações:

No que se refere à importância da proteção ambiental ante ao crescimento econômico, o Brasil é o país que apresenta maior porcentagem dos entrevistados que declaram priorizar a proteção ambiental. No Brasil, 65,8% do total de entrevistados dizem preferir a proteção ambiental ao crescimento econômico. Em seguida, vem a Alemanha, onde 47,1% do total de entrevistados preferem proteção ambiental ao desenvolvimento, o que mostra certo equilíbrio de visões, *ceteris paribus*. A Índia e o Japão foram os países que apresentaram os piores resultados no que se refere à proteção ambiental. Mais de 50% dos entrevistados, na Índia, preferem o desenvolvimento, mesmo que este implique em degradação ambiental, enquanto, no Japão, 47,5% dos entrevistados declaram preferir o desenvolvimento econômico.

No que se refere à renda, Índia e Japão são os países em que existe maior desigualdade relatada de renda. A maior parcela dos entrevistados declara receber salários que variam entre a primeira e a terceira faixa de renda. Além disso, são os países que possuem maior porcentagem de população (ainda que pequena) que relata receber a maior faixa salarial do país. A Alemanha e Brasil, por sua vez, apresentam maior homogeneidade nas respostas, sendo onde a maioria dos entrevistados possui salários variando entre a quarta e a sexta faixa salarial. Já em relação à escolaridade, os países que apresentam os melhores resultados são o Japão e a Alemanha respectivamente, seguidos do Brasil e Índia com os piores resultados.

Em se tratando da importância da religião para os entrevistados, nos dois países economicamente desenvolvidos (Alemanha e Japão), os entrevistados atribuem pouca importância à religião, ao passo que, nos países em desenvolvimento econômico (Brasil e Índia), as pessoas entrevistadas atribuem mais peso à religião, sendo esta importante ou muito importante em suas vidas.

Vale ressaltar a esse respeito ainda que, tanto no Brasil quanto na Alemanha, a maioria dos entrevistados priorizou a proteção ambiental ao desenvolvimento econômico, independente do grau de importância que elas atribuíram à religião em suas vidas. Na Índia e Japão, por sua vez, a maioria das respostas foram favoráveis ao desenvolvimento econômico, mesmo em casos de degradação ambiental.

Destaca-se, por fim, que, para o caso da Índia, país predominantemente Hindu, somente quem considera a religião pouco importante prefere a proteção ambiental ao desenvolvimento. No caso do Japão, país predominantemente ateu, somente quem considera a religião muito importante prefere a proteção ambiental.

Ao se cruzar escala de renda e proteção ambiental, verifica-se para Alemanha e Brasil que, independente do nível de renda declarado, a proteção ambiental é preferida em relação ao desenvolvimento econômico. Cabe destacar que, na Alemanha, a diferença de respostas foi ligeiramente mais favorável que a outra opção, enquanto, no Brasil, esta porcentagem foi expressivamente superior. Na Índia e no Japão, por outro lado, prefere-se o desenvolvimento econômico à proteção ambiental, embora a diferença não seja tão expressiva.

Ao se confrontar nível de escolaridade e proteção ambiental, vale destacar que, para a Alemanha, somente nos casos em que o nível de escolaridade é mais baixo, prefere-se o desenvolvimento econômico. Nos demais, a preferência é pela proteção ambiental, sendo tão mais elevada quanto maior o nível de escolaridade. Para o caso do Brasil, todas as opções foram pela proteção ambiental, independente do nível de escolaridade, mas ainda sim é possível observar que nos níveis de escolaridade mais elevados, maiores são as porcentagens de pessoas que declaram optar pela proteção ambiental como prioridade.

Por sua vez, na Índia, independente do nível de escolaridade, prefere-se o desenvolvimento econômico, mesmo que o meio ambiente sofra em alguma medida, mas este fato vai sendo abrandado quanto maior é o nível de escolaridade. Por fim, no Japão, constata-se que quanto menor o nível de escolaridade, mais se prefere o desenvolvimento econômico e quanto maior o nível de escolaridade, mais se prefere a proteção ambiental.

Em se tratando da idade dos indivíduos, o que se observa é que, na Alemanha e no Brasil, quanto mais novas são as pessoas, maiores são as porcentagens de preferências pela proteção ambiental em relação ao desenvolvimento econômico. Em todos os casos, a preferência pela proteção supera o desenvolvimento econômico. No caso da Índia e Japão, em todos os casos, a preferência pelo desenvolvimento econômico supera a preferência pela proteção ambiental. Vale destacar ainda que quanto mais velha é a pessoa nos dois países, mais se prefere o desenvolvimento econômico.

Por fim, no que se refere ao do sexo dos indivíduos, o que se observa é que, na Alemanha, os homens preferem o desenvolvimento econômico e as mulheres, a proteção ambiental. No Brasil, independente do sexo, a preferência pela proteção ambiental supera a preferência pelo desenvolvimento econômico. Por fim, para Índia e Japão, independente do sexo, a preferência é sempre pelo desenvolvimento econômico.

A partir das informações expostas neste trabalho, a próxima seção trata das conclusões alçadas pelo mesmo.

CONCLUSÕES

Este trabalho buscou verificar se os ensinamentos Judaico-cristãos influenciavam o juízo moral dos indivíduos no que tange a preocupação ambiental dos mesmos. A partir do que se foi observado com esta pesquisa, segue o que se constatou com a mesma.

Ao longo da história, os ensinamentos Judaico-cristãos se alternaram entre ser de cunho preservacionista ou de dominação e degradação. A mesma passagem bíblica interpretada de maneira diferente possibilitou esta dualidade. Nos dias atuais, conforme elucidado no referencial teórico deste trabalho, tem-se observado uma tendência à dominação do pensamento conservacionista por parte das religiões de cunho Judaico-cristãs.

A fim de verificar se esta tendência se confirma, este trabalho analisou a relação entre religião e meio ambiente em quatro países. Em dois deles (Alemanha e Brasil), predominam religiões advindas de ensinamentos Judaico-cristãos e, em outros dois (Índia e Japão), as religiões predominantes baseiam-se em outros ensinamentos. Dentre os quatro, dois são países economicamente desenvolvidos (Alemanha e Japão) e dois, em desenvolvimento (Brasil e Índia), apresentando, portanto, nível de renda e escolaridade da população distinto.

A análise sobre o juízo moral das pessoas em relação à proteção ambiental possibilitou constatar que, nos países cujas religiões são predominantemente Judaico-cristãs (Alemanha e Brasil), os entrevistados consideram a proteção ambiental prioridade. Nos países em que as religiões predominantes baseiam-se em outros ensinamentos (Índia e Japão), que não os Judaico-cristãos, o desenvolvimento econômico é considerado prioridade, mesmo que acarrete dano ambiental.

Nos países economicamente desenvolvidos (Alemanha e Japão), observa-se que mais de 65% dos entrevistados não considera a religião como importante, do mesmo modo que, nos países em desenvolvimento (Brasil e Índia), a religião é vista como importante por mais de 80% dos entrevistados.

Constatou-se ainda que, nos países em que a maioria dos entrevistados considera a religião importante ou muito importante (Brasil e Índia), ou se prefere em larga escala a proteção ambiental, como no caso do Brasil, ou se prefere o desenvolvimento econômico, como no caso da Índia. No Brasil, mais de 65% dos entrevistados priorizam a proteção ambiental, enquanto na Índia, mais de 50% preferem o desenvolvimento econômico. Na Alemanha e no Japão em que a maioria dos entrevistados não considera a religião como importante, por outro lado, não existe predominância de resposta para nenhuma das opções.

Pelo contrário, os valores se assemelham em porcentagem e não atingem em nenhum dos casos 50% dos entrevistados.

De modo a controlar se a religião seria ou não determinante no que tange ao juízo moral sobre a proteção ambiental, também foram utilizadas as variáveis renda e escolaridade faixa etária e sexo, para verificar estatisticamente o impacto das mesmas sobre a importância da proteção ambiental para os entrevistados.

No que se refere à renda em relação à proteção ambiental, é possível verificar que, somente para o caso da Índia, a variável renda apresentou significância estatística para diferenciar as respostas de um grupo de renda para outro. Nos casos da Alemanha, Brasil e Japão não foram constatadas diferenças significativamente relevantes.

Em se tratando do nível de escolaridade e proteção ambiental, observa-se para todos os casos que quanto maior o nível de escolaridade, maiores são as chances de o indivíduo preferir a proteção ambiental ante ao desenvolvimento econômico.

Quanto à idade em relação à proteção ambiental, observa-se que esta variável controle não apresenta relevância estatística para os casos da Alemanha, Índia e Japão, por sua vez, apresenta para o caso do Brasil, onde quanto mais novo se é maiores são as chances de preferir a proteção ambiental, à medida que a faixa estaria sobe, aumentam-se as chances de preferir pelo desenvolvimento econômico.

Já para o sexo do indivíduo, o que se observa é que, somente para o caso da Alemanha, constata-se significância estatística, onde o fato de ser mulher aumenta as chances de se preferir proteger o meio ambiente. Já para os casos do Brasil, Índia e Japão, não se observa significância estatística neste sentido.

Por fim, no que se refere à importância de religião, para o caso da Alemanha, quanto menos importante é considerada a religião, maiores as chances de se preferir o desenvolvimento econômico, para o caso do Japão, quanto maior é considerada a importância da religião, menores são as chances de se preferir o desenvolvimento econômico. Para os casos do Brasil e Índia, não foi encontrada relevância estatística da diferenciação de uma resposta para outra, mas vale considerar que a importância religiosa nestes países é massiva, em comparação a Alemanha e Japão.

Considerando as análises estatísticas e as porcentagens de respostas por grupos de indivíduos, observa-se que, nos dois países de religião Judaico-cristãs, Alemanha e Brasil, prefere-se a proteção ambiental ante ao desenvolvimento econômico. Para o caso da Índia, quanto menos importante é considerada a religião Hindu, maiores são as chances de se

preservar o meio ambiente. Por fim, para o caso do Japão, país predominantemente ateu, quanto maior a importância da religião, maiores as chances de se proteger o meio ambiente. Destaca-se que, para o caso do Japão, a religião para a maioria dos entrevistados é considerada pouco ou nada importante e a religião predominante lá após o ateísmo é o Budismo.

Mediante tudo que foi exposto, conclui-se que a religião influencia, em alguma medida, o juízo moral dos seus adeptos em suas escolhas, como se observa para os casos do Brasil e Índia, onde quanto maior a predominância religiosa, maiores são as porcentagens de pessoas com opinião formada em um mesmo grupo de escolha.

Especificamente quanto às religiões advindas dos ensinamentos Judaico-cristãos, na atualidade, a influência se mostra positiva no que se refere à proteção ambiental. Destaca-se que no Brasil, onde quase 80% da população seguem religiões Judaico-cristãs, encontram-se as maiores porcentagens de pessoas favoráveis à proteção ambiental.

Sendo assim, cabe aos cientistas socioambientais avaliar quais os ensinamentos ministrados em relação às culturas religiosas, a fim de compreender, com maior profundidade, o modo como grupos distintos se relacionam com a natureza.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Itamar Pereira; LIMA, Bruna Havena Aragão; SANTOS, Guilherme Ribeiro dos. *Religião e sociedade: as relações entre o estado e as concepções religiosas na formação do ordenamento social e jurídico*. UESB. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. n. 12. 2011. p. 9-31. In: <http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/1738/1599>. Acesso em 10/09/2016.

AICEP. Portugal Global. *Dados do Produto Interno Bruto dos Países*. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Paginas/Index.aspx>. Acesso em: 09/08/2016.

ALBUQUERQUE, Bruno Pinto de. *As relações entre o homem e a natureza e a crise socioambiental*. Monografia. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/monografia/13.pdf>. Acesso em 19/07/2016.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. *Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico*. BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais, ANPOCS. n. 53, 1º sem. 2002, p. 35-78.

AMORIM, J. et. al. *Teoria da seleção natural x princípio criacionista: embate entre dois paradigmas?* Integração. Ano XXV n. 55, p. 331-336, out/nov/dez. 2008. Disponível em: ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/331_55.pdf. Acesso em 22/07/2016.

BARROS, Fábio Henrique Granja; MUELLER, Bernardo; NOGUEIRA Jorge Madeira *Crescimento econômico e meio ambiente: o que está faltando para entender o elo entre eles?* Encontro ANPEC 2007. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A100.pdf>. Acesso em: 13/10/2016.

BÍBLIA SAGRADA. Nova Versão Internacional. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/nvi/gn/2>. Acesso em: 18/07/2016.

BLAINEY, Geoffrey. *Uma Breve História do Cristianismo*. Tradução: Neuza Capelo. Curitiba: Fundamento, 2012.

BOFF, Leonardo. *Ecologia – Grito da terra e dos pobres*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

BORGES, Marcos Francisco. *Ciência e Religião: Reflexões sobre os livros de história da matemática e a formação do professor*. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo. 2010. 264p.

BORSOI, Zilda Maria Ferrão; TORRES, Solange Domingo Alencar. *A política de recursos hídricos no Brasil*. Revista do BNDES, n. 8, 1997. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev806.pdf. Acesso em: 07/08/2016.

BRASIL. *Política Nacional de Meio Ambiente*. Lei Federal 6.938/81, 1981.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 174 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>. Acesso em 19/07/2016.

CARRAPIÇO, Francisco J. N. *A origem da vida e a sua evolução. Uma questão central no âmbito da exobiologia*. Anomalia, n. 5, p. 25-32. 2001. Disponível em: http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo_7_bloco_1/2_unidade/material_apoio/artigo_3_CARRAPICO_oV_e_a_sua_evolucao.pdf. Acesso em 23/07/2016.

COUTINHO, José Pereira. *Religião e outros conceitos*. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. XXIV, 2012, p. 171-193. In: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10763.pdf>. Acesso em 10/09/2016.

DULLEY, Richard Domingues. *Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais*. Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-2.pdf>. Acesso em 09/08/2016.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 609p.

GEISLER, Norman. *Ética Cristã – Opções e questões contemporâneas*. Tradução: Alexandre Meimardis, Djair dias Filho. 2ª Ed. São Paulo: Vida Nova. 2010.

GIL, Antônio. Carlos. *Como Elaborar projetos de Pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter. *Os descaminhos do meio ambiente*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GONZÁLES, Justo. *E até os confins da terra: Uma história Ilustrada do Cristianismo*. Tradução: Key Yuasa. São Paulo: Vida Nova, 1995.

HARRIS, Peter. *A Rocha – Uma Comunidade Evangélica Lutando pela Conservação do Meio Ambiente*. Tradução: Marcos D. R. Steuernagel. São Paulo: ABU Editora, 2001.

HELLERN, Victor; NOTAKER Henry; GAARDER, Jostein; *Religiões surgidas no Oriente Médio: Monoteísmo*. In: *O Livro das Religiões*. Tradução: Isa Mara Lando. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 104-112.

IBGE. *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. 2010. Censo Demográfico 2010*. In: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_xls.shtm. Acesso em 09/04/2016.

JACOBI, Pedro. *Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade*. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março, p. 189-205. 2003.

JOSEFO, Flávio. *História dos Hebreus - De Abraão à queda de Jerusalém*. Tradução: Vicente Pedroso. 8ª edição. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2004.

JUNIOR, Djalma Ribeiro; BOGADO, Adriana Marcela. *Filosofia Andina e Racionalidade Andina: um estudo a partir de alguns textos de Josef Estermann*. GP. Práticas Sociais e Processos Educativos. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2014.

LEONARD, William R. *Alimentos e evolução humana - Mudança alimentar foi a força básica para sofisticação física e social*. Scientific American Brasil. Edição especial - A ascensão do homem - Ed. nº 37. 2010.

MARIANO, Zilda Fátima, et. al. *A relação homem-natureza e os discursos ambientais*. Revista do Departamento de Geografia – USP, v. 22, p. 158-170. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/viewFile/47224/50960>. Acesso em: 19/07/2016.

MORAES, João Ricardo de; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. *A Verdadeira Religião Segundo Santo Agostinho*. Anais do XVIII Encontro de Iniciação Científica e Anais do III Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Setembro de 2013.

MOTTA, Ronaldo Seroa. *Padrão de consumo, distribuição de renda e o meio ambiente no Brasil*. IPEA – Instituto de Pesquisas Aplicadas. Rio de Janeiro, 2002.

NETO, José Policarpo Costa. *Degradação Ambiental e Condições Socioeconômicas do Município de Vitória do Mearim – Maranhão*. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 39, n. 2, p.306-327. abr./jun. 2008. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1086. Acesso em: 07/08/2016.

NEVES, Walter A. *E no princípio... era o macaco!* Estudos Avançados v. 20 n.58. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n58/21.pdf>. Acesso em: 22/07/2016.

OLIVEIRA, Bruno Camilo. *A metafísica de Isaac Newton*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2012.

OPINIÃO PÚBLICA. *Encarte Tendências*. Campinas, Vol. 18 nº 2, novembro, 2012.p. 357-550.

PESSOA, Osvaldo Jr. *Newton e o Paradigma das Forças à Distância*. In: *Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência I*. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.

PINHEIRO, Mariana Rodrigues; KURY, Karla Aguiar. *Conservação ambiental e conceitos básicos de ecologia*. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, v.2 n.2, p. 15-28. jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/boletim/article/view/2177-4560.20080007/221>>. Acesso em: 28/07/2016.

PEW RESEARCH CENTER. *The Global Religious Landscape. A Report on the Size and Distribution of the World's Major Religious Groups as of 2010*. December, 2012. In: <http://www.pewforum.org/files/2014/01/global-religion-full.pdf>. Acesso em: 09/04/2016.

PRIMACK, Richard; RODRIGUES, Efraim. *Biologia da conservação*. Londrina: E. Rodrigues, 2001. 328p.

RATZINGER, Joseph. *Introdução ao Cristianismo - Preleções sobre o Símbolo Apostólico*. São Paulo: Editora Herder, 1970. 174p.

RENCA, Maria Sara da Ascensão. *O memorial na tradição Judaico-cristã - Do zikkaron judaico à anámnese cristã*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Portuguesa. Porto, 2012.

SANTOS Joseane Aparecida Euclides dos; IMBERNON Rosely Aparecida Liguori. *A concepção sobre “natureza” e “meio ambiente” para distintos atores sociais*. Terra e Didática v.10 n.2. p.151-159. 2014. Disponível em: https://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/v10_2/PDF10-2/TDv10_2-87%206.pdf. Acesso em: 25/7/2016.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. *Gestão ambiental*. Sabbagh, Roberta Buendia. - São Paulo: SMA. 2011. 176p. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/2011/10/16-GestaoAmbiental.pdf>. Acesso em: 15/05/2016.

SCHÜNEMANN, Haller Elinar Stach. *O papel do “criacionismo científico” no fundamentalismo protestante*. Estudos de Religião, Ano XXII, n.35, p.64-86, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/download/.../183>. Acesso em: 22/07/2016.

SOUZA, Elton Menezes de. *A dimensão religiosa e sua influência na recuperação de dependentes químicos: estudo sobre a dependência química no Núcleo de Apoio Toxicômanos e Alcoolistas (NATA) em Boa Vista, Roraima*. Dissertação. Universidade Católica de Pernambuco. Pós Graduação em Ciências da Religião, 2015. 124p.

VERSTENA, Carla Luciane Blum. *Piaget e a questão ambiental. Sujeito epistêmico, diagnóstico e considerações educacionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

WAQUIL, Paulo D.; FINCO, Marcus V. A.; MATTOS, Ely J.. *Pobreza Rural e Degradação Ambiental: uma Refutação da Hipótese do Círculo Vicioso*. RER, Rio de Janeiro, v. 42, n. 02, p. 317-340, abr/jun 2004.

WHITE, Lynn, Jr. *The Historical Roots of Our Ecologic Crisis*. Science v.155: n. 3767 p.1203-1207. March.1967. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/155/3767/1203.pdf-extract>. Acesso em 17/09/2016.

WVS. *World Values Survey Wave 6: 2010-2014*. Disponível em: <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>. Acesso em 13/11/2016.